



LULA PRESIDENTE

NESTA EDIÇÃO:

As mudanças da economia

Por Carlos Eduardo Carvalho

Página 5

PT-RS: aprender com os erros

Por Chico Vicente e Luiz F. Nelsis

Páginas 6 e 7

Refundação da República

Por Chico Alencar

Páginas 10 e 11

Fórum Social Mundial Europeu

Por Pierre Rousset

Páginas 12 e 13

UM NOVO PERÍODO POLÍTICO NO BRASIL

Coordenação Nacional da DS

A vitória do PT foi uma vitória popular e uma importante derrota do neoliberalismo. O PT e Lula catalisaram, a partir de uma trajetória de defesa dos interesses populares, a vontade de mudança.

1. O resultado das eleições de outubro de 2002 representa um grande deslocamento na correlação de forças na sociedade brasileira. O Partido dos Trabalhadores alcançou a Presidência da República elegendo Lula com 61% dos votos, tornou-se o maior partido da Câmara Federal, elegendo 91 deputados e passou a contar com 14 senadores. A vitória do PT foi uma vitória popular e uma importante derrota do neoliberalismo. O PT e Lula catalisaram, a partir de uma trajetória de

identidade com a defesa dos interesses populares, a vontade de mudança. Este processo reaviva na população a ideia de que as eleições podem se vincular com a disputa de alternativas para o país.

De outro lado, apesar de termos disputado o segundo turno em vários estados, obtido votações importantes e ganho no Acre, Mato Grosso do Sul e Piauí, perdemos no Rio Grande do Sul. Além disso, o PSDB e o PMDB ganharam os governos da maioria dos principais estados do país.

O deslocamento na correlação de forças representado pela vitória do PT é também limitado pelas alianças com setores de direita e por compromissos de continuidade de elementos centrais da política econômica derrotada nas urnas, expressos na aceitação, ainda que com críticas, por Lula e pela maioria da direção do PT, de uma suposta "inevitabilidade" da manutenção do acordo com o FMI e suas decorrências.

Outro aspecto importante é a ausência de mobilizações sociais de massa significativas no último período, embora a campanha tenha realizado uma ampla mobilização política.

2. As eleições abrem uma nova situação política no Brasil. De um lado, temos uma conjuntura internacional adversa à continuidade das políticas neoliberais – recessão mundial, crescimento do protecionismo dos países centrais, intervencionismo e unilateralismo norte-americanos, proliferação de nacionalismos de direita. O neoliberalismo tem levado diversos países a crises profundas, com destaque para a Argentina, e vem enfrentando um crescente questionamento internacional.

De outro lado, temos os efeitos cumulativos de uma década de aplicação de políticas neoliberais no país, com consequências econômicas e sociais desastrosas, crescimento do descontentamento popular, relativa desarticulação das elites ao longo de período em que parte expressiva da riqueza nacional mudou de mãos e foi desnacionalizada, e desagregação do bloco montado ao redor do governo Fernando Henrique Cardoso.

A eleição já se deu em um cenário de crise aberta, decorrente do esgotamento do modelo neoliberal, e esta profunda crise nacional permanecerá ao longo do próximo período. A partir da derrota do neoliberalismo, diferentes setores, com interesses distintos, disputam saídas para a crise, sem que esteja pré-definido seu desenlace. A perspectiva de continuidade dos conflitos existentes na sociedade brasileira e o potencial renovado de mobilização dos setores democráticos e populares delineiam um horizonte de fortalecimento da esquerda socialista. A hegemonia longamente estabelecida pela classe dominante sofreu um abalo e temos melhores condições de trabalhar a construção de uma alternativa democrática e popular.

Superar as limitações

3. Grandes incógnitas se colocam, neste momento, sobre o caráter do governo Lula. Ele foi eleito a partir de uma expectativa muito grande de mudança do país, como encarnação da oposição ao governo Fernando Henrique. Mas, de outro lado, alianças estabelecidas na campanha, decisões que feriram a democracia partidária e declarações procurando oferecer garantias às elites e aos "mercados" apontaram para uma preocupante continuidade na condução política do país. Já externamos estas inquietações durante a campanha.

Continua na página 3 ►



FOLHA DE SÃO PAULO, 8 DE DEZEMBRO DE 2002.

ARGENTINA: CTA REALIZA CONGRESSO

Em 1992 foi constituído o Congresso dos Trabalhadores Argentinos por iniciativa de setores críticos do sindicalismo oficial. Em 1996 transformou-se em Central Autônoma dos Trabalhadores - CTA.

Diferente das experiências tradicionais de centrais sindicais, os trabalhadores podem se filiar diretamente à CTA, sem que estejam necessariamente afiliados a algum sindicato e independente de sua situação no mercado de trabalho, incluindo os desempregados e os trabalhadores da economia informal. Podem se filiar de forma direta ou através de suas organizações.

A CTA desde sua origem reafirma sua autonomia política perante às empresas, ao governo e aos partidos políticos.

Nos dias 13 e 14 de dezembro ocorre o VI Congresso Nacional que foi precedido de assembléias distritais e de congressos estaduais. O ponto central de sua pauta é a proposta de

construção, com outros setores sociais, de um novo movimento político social que dispute a saída da crise em que se encontra a Argentina.

A agenda abrange a discussão sobre que tipo de central se necessita para cumprir tal tarefa; sobre o que deverá ser proposto às demais forças sociais e políticas do campo popular; sobre como intervir na conjuntura combinando a resistência com propostas de saída da crise.

Para o dia 20 de dezembro foi convocada uma greve nacional. Completa-se um ano do levante popular que deixou claro a insatisfação de vários setores sociais e sua disposição de luta. Se, por um lado, revelou a crise de hegemonia do bloco dominante, por outro mostrou o quanto ainda precisa ser feito para que esta mobilização popular possa se constituir em alternativa política que dispute os rumos do país.

A LUTA ANTI-RACISTA NO PT E NO GOVERNO LULA

É preciso partir de um balanço do que foram os oito anos de FHC com ênfase ao que representaram suas iniciativas de "combate ao racismo". A adoção de cotas (ponto defendido pelo programa eleitoral do PSDB) em pequenos setores do poder executivo foi oportunista, aconteceu ao final do mandato, e populista, pois não teve impacto na dura realidade em que vivemos. O próprio trabalho da Fundação Palmares (órgão ligado ao Ministério da Cultura) de regularização das terras de comunidades remanescentes de quilombo, elogiado inclusive por alguns setores do movimento negro, foi muito tímido. Apenas 18 comunidades tiveram suas terras tituladas, cerca de 1,8% do total.

O movimento negro participou da última campanha em um cenário de insegurança, cuja maior simbologia foi o tropeço em um debate na televisão onde se usou uma definição ultrapassada de raça com um enfoque científico/biológico, e não político e socialmente construído como defende o movimento negro.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT, fruto de intensas lutas do movimento negro dentro do PT, realizou debates em todas as regiões do país, em um processo democrático que aglutinou a militância anti-racista e os parlamentares negros do partido, e que resultou no programa "Brasil sem Racismo". A indicação da nossa companheira Matilde Ribeiro para a comissão do programa e para a equipe de transição foi uma vitória. Nosso horizonte, no entanto, ainda se encontra permeado por incertezas, já que a experiência em governos democráticos e populares indica que o combate ao racismo está

longe de ser prioridade.

O processo de composição de governo deve contemplar negros e negras, caminhando no sentido de dar maior visibilidade e espaço a estes, mudando a estrutura de órgãos de direção política de forma que passem a refletir a composição étnica diversificada de nossa população em geral.

O Coletivo Nacional da Secretaria de Combate ao Racismo é uma instância de direção que deve contribuir com este processo. O combate ao racismo tem que ser tratado com políticas transversais que envolvam o conjunto de governo, em todas as suas áreas, o que nos leva a pensar em mudanças na Fundação Palmares ou até mesmo na criação de um outro órgão que garanta inserção dentro do governo e amplitude de atuação.

Por outro lado, sabemos que o caráter do nosso governo será definido em um processo de disputas políticas e sociais, e que as mudanças que queremos alcançar não serão mero fruto de ações institucionais. Devemos investir na organização do movimento negro no país, o que passa necessariamente pela construção de uma unidade política num grau que já vivemos em outros momentos, como na ocasião da marcha a Brasília em novembro de 1995 (no tricentenário da imortalidade de Zumbi dos Palmares), onde o movimento negro através da presença massiva de mais de 30 mil militantes colocou FHC na defensiva. É urgente a rearticulação do Fórum de Entidades Negras para que haja maior eficácia na luta anti-racista.

**Adriano Bueno e
Jorge Carneiro**

Hip Hop no III Acampamento Intercontinental de Juventude

No II Acampamento de Juventude do FSM aconteceu um Encontro Nacional, reunindo mais de cem jovens, militantes do movimento hip hop. Esta plenária foi um marco histórico do movimento hip hop que surgiu no Brasil na década de 80 e começou a organizar-se apenas há alguns anos com o surgimento das "Posses" – termo usado para denominar as associações no hip hop – que funcionam como células básicas de organização, debate e mobilização.

Entre os diversos temas debatidos em Porto Alegre, um tem significativa relevância, justamente por produzir importantes desdobramentos para o movimento hip hop no país: a articulação do Fórum Nacional de Hip Hop (FNHH) que visa dar maior profundidade e unidade aos debates e lutas que vem impulsionando.

Diversos estados brasileiros já organizaram seus Fóruns Estaduais. São eles o Rio de Janeiro, o Paraná, o Ceará, o Pará e Goiás, além de outros estados que estarão realizando seus Fóruns, caso do estado de São Paulo no mês de dezembro. O FNHH, em 2003, potencializará a organização e consequentemente a intervenção nos estados. Espalhar a discussão pelo território nacional, aprofundar a articulação e acima de tudo, dar maior qualidade à mobilização são as nossas metas.

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

A S S I N E

LE MONDE
diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 48,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:
☐ APOIO: 50,00 ☐ NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

E-MAIL:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA**, Rua Albulquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 ou faça contato pelo telefone (011) 3667-3476. **Sucursal RS:** Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-380 - Fone: (51) 226-5450. A assinatura é de 10 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Jornal **Em Tempo** é uma publicação de Edições ET Ltda. Rua Albulquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 Fone (11) 3667-3476 - Fax (11) 3666-5550 - E-mail: emtempo@uol.com.br
Jornalista Responsável: Célia Regina de Souza (MTb 18663 DRT/SP).
Equipe de Edição: Carlos Henrique Árabe, Joaquim Soriano, João Machado, Caio Galvão de França, Caco Bisol e Márcia Helena Ramos.
Fechamento desta edição: 11 de dezembro de 2002.

Impressão: Extra Copy Gráfica e Editora Ltda. - Fone: (11) 6331-9032
Fotolitos: Input - Fone: (11) 3666-4311

▶ continuação da capa

LULA PRESIDENTE: UM NOVO PERÍODO POLÍTICO NO BRASIL

O caráter do governo Lula será definido no curso de um processo de disputas políticas e sociais. A administração petista se defrontará com a questão de como garantir uma maioria parlamentar e social para empreender mudanças, tendo como ponto de partida a correlação de forças estabelecida pelo resultado eleitoral e pela luta política. Mas, para além de iniciativas táticas, escolhas estratégicas estarão sendo feitas entre fortalecer a base social do campo democrático e popular pela aplicação de nosso programa de reformas estruturais e estabelecer compromissos com nossos adversários; entre governar com base na democracia participativa e governar ao modo tradicional; entre avançar na construção de uma nova hegemonia ou ficar em um perigoso meio de caminho, híbrido e sujeito a retrocessos. Nosso desafio é construir as escolhas que poderão superar os limites agora colocados para o novo governo.

4. Disputas centrais para o futuro da sociedade brasileira serão travadas no próximo período. O país tornou-se muito vulnerável aos movimentos especulativos do capital financeiro nacional e internacional e a tutela do FMI tem como objetivo preservar esta situação, mantendo o governo refém dos “mercados”.

Reconquistar autonomia da ação governamental face aos mercados e condições para o exercício da soberania nacional devem ser objetivos estratégicos primordiais. Devem ser perseguidos em todas as frentes: aprofundando o deslocamento da correlação de forças pela mobilização social e política, instituindo mecanismos de democracia participativa e instrumentos públicos de controle do movimento do capital, enfrentando a situação de tutela em que hoje se encontra o Estado brasileiro.

Um conjunto de questões estratégicas já está posto ao novo governo: reforma agrária, a afirmação da soberania nacional frente à Alca, o enfrentamento da submissão ao FMI, regulamentação do sistema financeiro e em particular da relação do Banco Central com o novo governo, a questão tributária, entre outras.

Nestas questões estão em jogo a defesa da democracia e da soberania nacional frente a concessões de poder seja ao Estado imperial norte-americano, seja aos capitais especulativos que se denominam “mercados”.

É preciso enfrenta-las tendo em vista as novas condições políticas que se abriram com a vitória do PT. Não podem ser simplesmente uma questão de governo, mas questões de toda a sociedade, construindo um processo em que uma maioria eleitoral se converta em maioria política que possa legitimar e sustentar um caminho democrático e soberano para o país.

A defesa da soberania nacional é a defesa da própria condição de exercício da soberania popular e de uma democracia substantiva.

5. A idéia de um novo contrato social, presente na resolução do último Encontro Nacional do PT, de Recife, emergiu como um tema cen-

tral na campanha. Ela foi apresentada como um chamado a todos os setores da sociedade para um pacto a favor da produção, do crescimento econômico e do desenvolvimento do mercado interno.

O PT sempre criticou as propostas de pacto social apresentadas até agora por diferentes governos burgueses, que correspondiam a propostas de submissão das maiorias nacionais, isto é, de subordinar o conflito social a uma suposta racionalidade governamental, que estabeleceria o que poderia ou não ser reivindicado. O que podemos e devemos defender é que um novo contrato social seja fundado na democracia participativa e na existência de espaços democráticos de negociação e solução dos conflitos que resultarão da obrigação do novo governo de resgatar a marginalização histórica dos interesses das maiorias. Este é o processo que poderá dar um caráter social à idéia de nação.

Uma experiência histórica inédita e decisiva

6. O movimento democrático e popular realiza uma experiência histórica inédita e decisiva,

sob todos os pontos de vista, para nosso futuro. A Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores coloca-se integralmente como parte deste processo, compartilhando os desafios postos para o PT e a esquerda brasileira. Vamos intervir no processo em curso para que o PT vincule esta experiência decisiva à luta pela superação da globalização neoliberal, da tirania dos mercados, do parasitismo do capital financeiro, das desigualdades, exclusões e injustiças históricas que marcam a sociedade brasileira. Nossa perspectiva é integrar esta experiência em um processo cujo horizonte seja superação do capitalismo por um socialismo democrático e internacionalista.

7. A montagem do governo Lula é o desafio imediato que, através de nossa intervenção nas instâncias do Partido dos Trabalhadores, buscaremos que seja enfrentado de forma democrática, com base nas experiências mais avançadas do partido. O PT fortaleceu-se, é hoje o principal agente político da sociedade brasileira e deve se expressar organicamente no processo de formação do seu governo federal.

Acreditamos, ao mesmo tempo, ser

Disputas centrais para o futuro da sociedade brasileira serão travadas. O país tornou-se muito vulnerável ao capital financeiro nacional e internacional e a tutela do FMI tem como objetivo preservar esta situação, mantendo o governo refém dos “mercados”.

Coordenação Nacional da DS

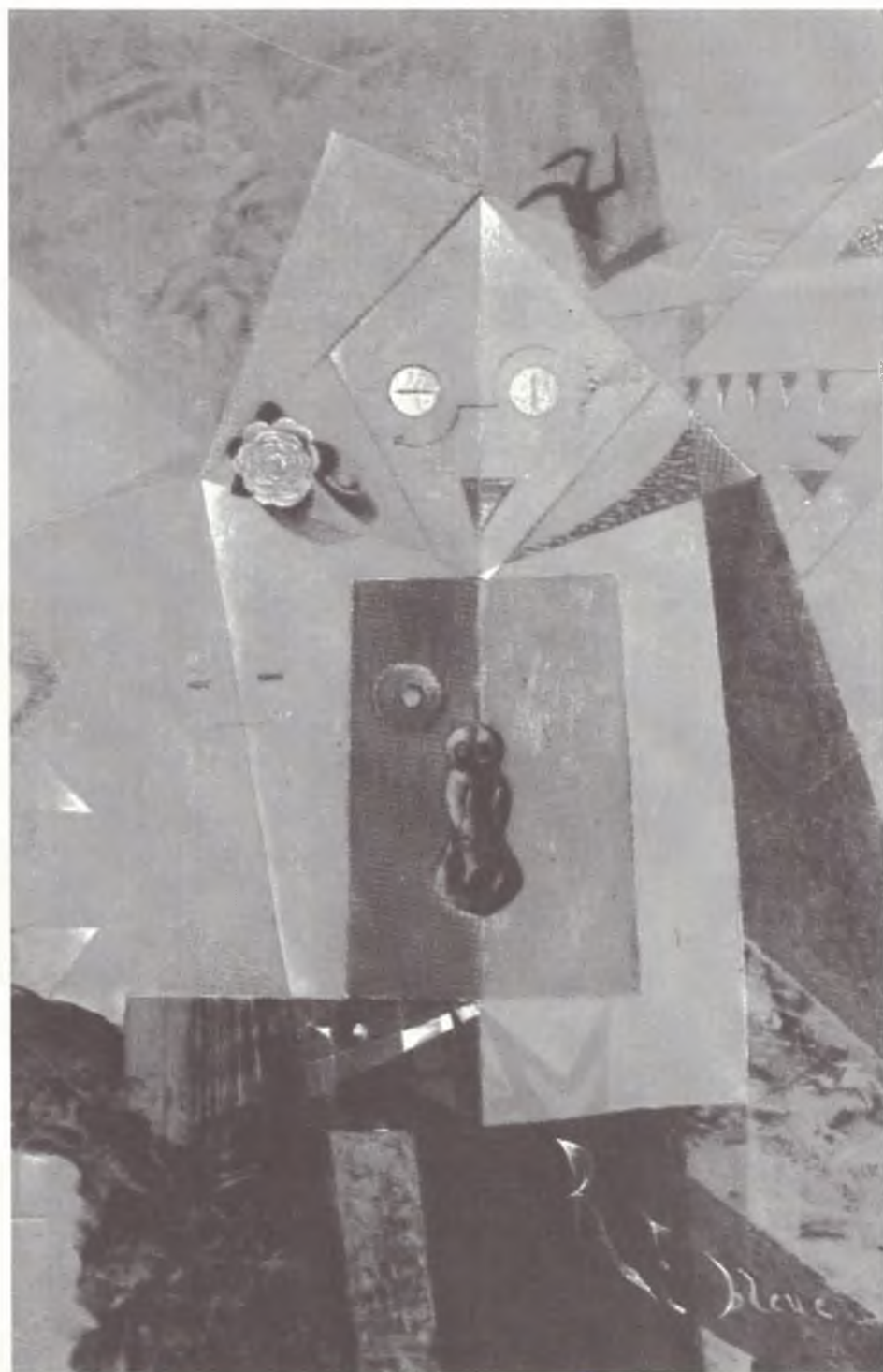
necessário empreender, no próximo período, uma defesa renovada das resoluções adotadas no último encontro nacional do nosso partido, o que remete às idéias-chave de ruptura do modelo neoliberal, de desenvolvimento com soberania nacional e com distribuição de renda e poder, e de que a experiência de um governo Lula possa contribuir para o resgate de valores socialistas. Elas expressaram a capacidade do partido de formular um ponto de vista estratégico que pudesse unificá-lo às vésperas de uma grande mudança política. Resgatar esta capacidade é mais importante ainda neste novo momento histórico.

8. O resultado eleitoral altera a qualidade da relação do PT com o Estado e afeta todo o processo de construção partidária. O PT cresce, mas também se torna uma agrupação política mais heterogênea. Seus debates são seguidos por todos os setores da sociedade. Se as responsabilidades de governo cobram prudência na condução de certas discussões, nem por isso devem tolher os processos democráticos de debate e decisão. A Tendência Democracia Socialista intervirá nos debates partidários colocando suas posições de forma responsável, mas também clara, ciente de que a diversidade pode e deve ser fonte de força na construção de um movimento que se candidata a disputar o poder em todos os níveis da sociedade brasileira.

A relação ainda mais estreita entre os parlamentares eleitos pelo partido e os movimentos sociais dinâmicos ganha uma importância estratégica nesta construção, simultaneamente à defesa da autonomia dos movimentos perante o governo.

Se o PT na campanha eleitoral foi submetido à fortes pressões pela elite no poder, pelos “mercados” e pelos governos dos países centrais, em particular o norte-americano, estas aumentarão com o partido à frente do governo federal. Mas também é certo que o mandato que sai das urnas nos legitima para realizarmos mudanças profundas na sociedade brasileira.

São Paulo, 3 de novembro de 2002.



A LUTA APENAS COMEÇOU

Se conseguir tocar adiante essa difícil composição de expectativas e melhorar a vida e a esperança de milhões de desgraçados que nele depositaram confiança, o PT mudará não apenas a história do Brasil, mas, em grande medida, a esperança de um continente que nos olha com atenção.

Reginaldo "Régis" Moraes

"O PSDB não tem a característica de ser solidário com os que tropeçam ao longo da caminhada e é preciso que comece a tê-la, se quer realmente se consolidar como um partido de futuro." A sentença é de Aécio Neves, governador eleito de Minas Gerais, pelo PSDB. (Estadão, 20/10/2002). "Aqueles que tropeçam ao longo da caminhada"... Como um partido da social-democracia poderia ignorar os que tombam e sofrem no caminho do "progresso"? Para responder, é preciso ir além dos nomes. O PSDB talvez quisesse ter, no seu início, um rótulo e alguns lemas dessa corrente ideológica, mas não tinha aquilo que fizera a força e também a identidade da social-democracia: os trabalhadores. Olhemos para a social-democracia alemã, francesa, sueca, inglesa... Nasceu em um ambiente de círculos operários e movimentos sociais populares. E por eles foi vi-
giada, nos programas e atitudes.

Quando o PSDB teve esse perfil? Nunca. Seus "líderes sindicais" nasceram e vicejaram nas verbas dos palácios. Seus políticos com alguma base popular foram tragados pelas novas lideranças—acadêmicas, tecnocráticas, charmosas e perfumadas. Os intelectuais tucanos apaixonaram-se—alguns envergonhadamente, outros, com indisfarçável ardor—pela "modernidade" da livre-competição, do "choque de mercado". Alguns se tornaram mais fundamentalistas e mais chiques-cafonas do que os yuppies pausterizados de Wall Street e da Avenida Paulista. Aqueles que circulavam em torno da equipe econômica trafegavam com desenvoltura entre governo, empresas de consultoria, suas ou de seus filhos e parentes—curiosamente, empresas que não tropeçavam pelo caminho, pelo contrário, enriqueciam no caminho. Hipnotizados por Paris ou New York, para eles o que ocorria na periferia das cidades brasileiras, na região do cacau baiano, no sertão do Piauí, tudo isso lhes parecia apenas um momento na trajetória gloriosa do novo espírito do mundo.

A desgraça da plebe era, para eles, apenas "o preço que havemos de pagar pelo progresso"—em que a conjugação do verbo "pagar" sempre ia para a plebe, o de "progredir" sempre ia para as elites. Não se solidari-

zando com aqueles que tropeçam no caminho, como diz o deputado-governador, o PSDB não foi o partido da social-democracia brasileira. Foi o partido do social-darwinismo brasileiro. E os que tropeçaram no caminho resolveram mudar o caminho.

É esse o PSDB que sofreu um baque. Conseguirá se recuperar? Conseguirá ser aquilo que nunca foi—um partido social-democrata?

O risco do espelho

Mas não é essa a única pergunta que fica no ar. A frase de Aécio Neves aponta também para riscos e chances do futuro... do PT. Conseguirá este partido conservar sua base popular—sindicatos, movimentos populares, organizações de solidariedade e luta que para ele convergiram e que fizeram que ele chegasse ao poder? O deputado Delfim Neto afirmou, recentemente, que o PT iria ter a oportunidade de constituir, de fato, um partido social-democrata, reformador do capitalismo, porque tinha algo fundamental para isso: a militância e a fé das massas trabalhadoras. Delfim foi ministro de uma ditadura e aprendeu, certamente, a fórmula napoleônica segundo a qual podemos fazer muita coisa com baionetas, menos ficar sentado sobre elas. Aplicou a frase às canetas tucanas...

Conseguirá essa base impedir que os intelectuais do PT repitam—e, nesse caso, de forma trágica—o caminho dos tecnocratas do PSDB? A estratégia de Lula nesta campanha foi a de acenar para uma grande aliança desenvolvimentista, de reconstrução do país e dos sonhos de progresso mais equitativo. Mas não parece ter sido apenas uma "estratégia" de campanha, no sentido mesquinho do termo. Parece um compromisso, uma crença e uma aposta. Para os que enriqueceram com o modelo socioeconômico em vigor, Lula alertou para o fato de que ele é mais instável do que parecia—que não haveria paz para a riqueza,

num mundo em que há tanta pobreza. Para os excluídos e prejudicados, acenou para uma esperança de um mundo menos ingrato. É uma esperança que parece pequena, modesta, nada de paraíso revolucionário, mas que, na escala do sofrimento da população brasileira, talvez tenha parecido a própria encarnação do Éden.

Se conseguir tocar adiante essa difícil composição de expectativas e melhorar a vida e a esperança de milhões de desgraçados que nele depositaram confiança, o PT mudará não apenas a história do Brasil, mas, em grande medida, a esperança de um continente que nos olha com atenção.

Lula tem diante de si uma tarefa difícil. Os seus opositores falavam em segurança e continuidade... para si mesmos. E preparavam para o povo explorado um futuro ainda mais difícil. Conduziam o país para um abismo e, na beira do precipício, recomendavam que caminhássemos no mesmo rumo, e devagar. Lula apresentou outra proposta: vamos ver se conseguimos juntar forças, diferentes que sejam, para tentar saltar o precipício, agarrar a margem oposta.

Terceiro turno

Todos os que vêem agora, em perspectiva, os dois mandatos de FHC, percebem o lixo que se varreu pra debaixo do tapete. Substituíram a inflação, financiadora do gasto público, pela política de altos juros, financiadora do gasto público. Venderam o patrimônio público... para abater uma dívida que não pára de se multiplicar e de nos dividir. Percebemos agora claramente que essas "âncoras" do real estabilizado foi ainda socorrida por um aumento claro da arrecadação de impostos, taxas e "contribuições" que, como se sabe, são pagos, em proporção cada vez maior, justamente por aqueles que ganham menos, por "aqueles que tropeçam no caminho".

Percebemos cada vez mais claramente que tudo isso nos fez saltar em uma crise

social de muitas dimensões. Em 1994, havia cerca de 800 mil desempregados na Região da Grande São Paulo, há hoje quase dois milhões. Havia 50 mil presos no Estado de São Paulo, há hoje mais de cem mil. Brasil e Colômbia são, hoje, os dos únicos países da América Latina que têm organizações criminosas de massa. O crime organizado e a banalização da violência penetram praticamente todas as esferas sociais, todas as classes e grupos, diferentes instâncias do poder, diferentes pedaços da nossa alma e da nossa cultura. Ele é a alegoria perversa—utopia negativa—da sociedade competitiva, do mercado moderno que nos apresentaram como horizonte os perfumados do PSDB, àqueles aos quais o governador de São Paulo, do mesmo partido, recomenda, com realismo, "comer poeira e amassar barro".

Aqueles que tropeçam pelo caminho resolveram chutar a pedra. Pode ser pouco, pode ser louco. Mas é menos insano do que o caminho receitado pelos yuppies sociológicos. Seria melhor que estes voassem para Miami, onde, aliás, alguns de seus filhos montaram escritórios que orientam empresas norte-americanas a especular e ganhar licitações públicas no Brasil. Mas eles não podem voar. O escritório dos parentes, em Miami, dependia do cargo do chefe da *famiglia*, em Brasília.

Começa, agora, ao que parece, o terceiro turno. E alguns dos derrotados se candidatam desde já a líderes da oposição golpista, confiável aos olhos do "mercado", de Bush, da nova e da velha direita. Vai ser necessária muita paciência, firmeza e sabedoria para evitar as provocações e ao mesmo tempo não recuar nas reformas sociais que, só elas, garantirão estabilidade ao novo governo. O período que se abre é de intensa luta ideológica, luta pela hegemonia, pela conquista de corações e mentes. Os sindicatos, os movimentos populares, as organizações dos explorados e oprimidos têm, neste momento, um papel decisivo. O tempo não pára. A luta continua.



FRANCIS PICABIA 1914

A ECONOMIA DAS MUDANÇAS E AS MUDANÇAS DA ECONOMIA

A fragilidade das contas externas é o principal desafio para o início do novo governo. As tensões no mercado de câmbio na primeira semana de dezembro mostraram os limites da trégua vigente desde a reta final das eleições, iniciada com as declarações tranquilizadoras dos dirigentes petistas e com a melhoria de alguns indicadores econômicos, especialmente o saldo da balança comercial. Depois da enorme tensão que dominara as semanas anteriores ao primeiro turno, o “clima de esperar para ver” aumentou a margem de manobra inicial da equipe do novo governo. Espera-se que tenha permitido uma avaliação mais cuidadosa das opções possíveis para o desenho das primeiras medidas econômicas e da estratégia geral a seguir para tornar realidade as mudanças prometidas.

O quadro econômico continua difícil e incerto. A forte recuperação do saldo comercial reduziu o risco imediato de insolvência externa, configurado em meados do ano, mas não há oferta de recursos na escala requerida para a rolagem da dívida externa brasileira nos próximos meses, em especial das grandes empresas. A escassez de financiamento não atinge apenas o Brasil, é geral, e está ligada aos problemas nos EUA e nas economias centrais. Algumas grandes empresas brasileiras estão sob a ameaça de insolvência externa. À medida que vencem seus papéis, a rolagem se torna cada vez mais difícil, pela dificuldade de vender novos títulos. Os juros para papéis brasileiros continuam muito altos, em níveis suficientes para levar os aplicadores a prever um agravamento do quadro financeiro de quem tomar dinheiro tão caro.

Esgotamento da política econômica

Com a forte reversão da posição cambial do Brasil nos últimos meses, a política econômica sofreu uma mudança substancial. Desde 1993 até 2001, a política econômica baseou-se em grande parte na oferta abundante de financiamento externo. Houve momentos de reversão, mas foram superados com rapidez. A oferta destes recursos era suficiente para permitir ao governo brasileiro escolher o tamanho do déficit externo mais adequado a seus objetivos. A orientação foi aumentar o endividamento e a venda de empresas estatais e nacionais privadas.

O Brasil manteve déficits em transações correntes no balanço de pagamentos superiores a 4% do PIB durante boa parte destes anos. O déficit de transações correntes inclui o comércio, os serviços, inclusive juros e lucros, e as transferências unilaterais (remessas para familiares, doações). O país necessita receber dólares do exterior para cobrir este déficit, além de renovar as parcelas da dívida que vencem progressivamente. Enquanto há oferta de recursos externos, o país paga as dívidas e cobre o déficit com a tomada de mais dívida ou a captação de investimentos. Com a reversão dos fluxos de capitais, o financiamento ao país baixou drasticamente em 2002. Resultado: não há dólares para pagar as parcelas da dívida e os compromissos das contas de transações correntes.

A suspensão de pagamentos de títulos no exterior por alguma grande empresa traria dificuldades de financiamento ainda maiores, a menos que o FMI e o governo americano resolvam apoiar ativamente uma operação de socorro do governo brasileiro, em que este assumiria a dívida das empresas e pagaria com dólares das reservas do Banco Central do Brasil.

Este quadro de restrições externas forçou a mudança de um dos principais eixos

da política econômica. Desapareceu a possibilidade de escolher o tamanho desejável para o déficit externo. A política econômica está subordinada à necessidade de zerar o déficit, de modo a utilizar o pouco dinheiro que entra para manter a rolagem das parcelas da dívida a serem pagas. A redução drástica do déficit de transações correntes está se viabilizando com os superávits comerciais, e adicionalmente com a compressão dos gastos com turismo e outros serviços. Como em geral ocorre, uma redução brusca é feita com recessão econômica e queda dos salários reais: trata-se de reduzir a absorção de produtos e serviços do exterior pelos residentes no país e aumentar a disponibilidade de produtos e serviços a serem exportados.

De volta ao passado

Esta foi a política da fase final da ditadura, na crise de 1981 a 1984. Neste sentido, já acabou a política dos oito anos do tucanato, dos oito anos do Plano Real. A mudança de política econômica já ocorreu. O desafio agora é administrar a fase de vacas magras no financiamento externo.

A exemplo de vinte anos atrás, duas variáveis tornaram-se cruciais para a política macroeconômica. A primeira é a volta ou não dos recursos externos voluntários, o que depende das condições financeiras dos países centrais e das avaliações de risco gerais, além das avaliações sobre o Brasil. Embora não se possa ter certeza, nesta altura o mais provável é que continue a retração dos recursos externos.

A segunda é mais preocupante: trata-se de saber se a recuperação da atividade econômica aumentará as importações e prejudicará as exportações, o que levaria à ameaça de aumento do déficit de transações correntes e a crises cambiais. O au-

mento da produção provoca aumento de demanda por produtos importados e reduz o atrativo das vendas externas. Ao que tudo indica, a recuperação da atividade produtiva já está em curso e deve levar a economia a um crescimento em torno de 3% a 4% em meados de 2003, se não acontecer nada que interrompa esta tendência. A menos que a economia brasileira tenha mudado muito nestes anos, o que não é impossível, mas parece pouco provável, a recuperação em curso pode gerar novos problemas de financiamento do balanço de pagamentos ainda no primeiro semestre do ano. Estaria assim completada a volta da macroeconomia da crise da dívida externa que caracterizou a economia brasileira de 1981 até 1992.

Os problemas externos tendem a gerar problemas domésticos consideráveis. Além da queda do salário real, corroído pela inflação e pelo desemprego, há muitas empresas de grande porte em situação financeira difícil no país, em especial por conta dos efeitos da desvalorização cambial sobre seu endividamento em dólares. Além da dificuldade de obter recursos fora, estas empresas também estão mal em reais. A solução por enquanto tem sido o refinanciamento no sistema bancário doméstico, mas os problemas poderão se revelar maiores que a capacidade do sistema financeiro brasileiro. Devem se tornar mais fortes as pressões por “apoio” do governo. Este pode ter sido este o determinante da linha favorável à candidatura Lula assumida pela Rede Globo ainda no primeiro turno, por exemplo.

Um complicador importante para estas operações de socorro é o tamanho da dívida pública interna, já pressionada pelo câmbio e pelas taxas de juros elevadas. Na crise dos anos 1980 a dívida foi corroída continuamente pela inflação, pela subestimação da correção monetária, pelos

O quadro de restrições externas forçou a mudança de um dos principais eixos da política econômica. Desapareceu a possibilidade de escolher o tamanho desejável para o déficit externo.

Carlos Eduardo Carvalho

expurgos nos índices de preços, expedientes que permitiram a transferência organizada de recursos para o capital, à custa da renda real dos trabalhadores e do orçamento público. É possível afirmar que hoje é menor o espaço à disposição de qualquer governo para desenvolver uma operação desta magnitude, inclusive porque a inflação alta é hoje um fenômeno pouco comum em todo o mundo, ao contrário dos anos 1980.

É certo que diversas destas restrições podem se revelar menos dramáticas e podem entrar em cena alguns atenuantes. O quadro aqui pintado pode ser pessimista em demasia, é verdade, mas a esta altura se trata de uma possibilidade bastante forte.

A forte mudança do quadro macroeconômico forçou uma mudança substancial da política econômica. Esta mudança já ocorrida não facilita a definição e a implementação da desejada macroeconomia das mudanças, ou seja, a definição de novos rumos e instrumentos para a política econômica que conduzam às mudanças de fundo que inspiraram a vitória eleitoral de Lula. A margem de manobra de curto prazo se estreitou, os riscos de conflitos são grandes e a instabilidade potencial estimula atitudes especulativas.

Neste contexto, não surpreendem as declarações apaziguadoras dos dirigentes do PT e dos integrantes do futuro governo. Fazer o contrário seria um jogo arriscado, quase fanfarronice. Esta atitude pode ser parte do esforço de ganhar tempo e preparar-se para os enfrentamentos, como se espera. Contudo, pode ser também o reconhecimento tácito de que a estreita margem de manobra do novo governo no curto prazo limitará suas iniciativas a gerenciar a crise e aguardar momentos melhores para iniciar de fato as prometidas mudanças na economia. Neste caso, nos próximos meses se trataria apenas de atacar as questões pelas bordas: políticas compensatórias, como na área da fome e no abastecimento, algumas “reformas” não realizadas, como na área tributária e previdenciária, tudo limitado à orientação geral de não causar conflitos com a base de apoio do governo e com o grande capital e “os mercados”.

Carlos Eduardo Carvalho é economista e professor da PUC-SP.

Sofremos uma derrota político-eleitoral e não uma derrota programática. Poderíamos ter vencido as eleições nos marcos desta conjuntura como o próprio resultado demonstra. Nosso partido precisa, diante da derrota, ter a humildade de aprender com os erros cometidos e não repeti-los nos embates que virão.

Chico Vivente e Luiz F. Nelsis

O resultado eleitoral do PT para o governo do Estado calou fundo na alma petista. Alcançamos 47,33% dos votos contra 52,67% dados ao candidato Germano Rigotto, do PMDB.

Apesar da derrota eleitoral, temos a convicção de que o governo democrático e popular e o projeto político por ele aplicado continuam a dialogar com vastas parcelas do povo gaúcho. As realizações do nosso governo nas mais diversas frentes, invertendo prioridades em favor das camadas populares da sociedade, democratizando o estado, combatendo a corrupção e a exclusão e promovendo o desenvolvimento econômico com inclusão social são marcas importantes de um projeto generoso que coloca o ser humano no centro de suas preocupações.

O estancamento das demissões provocadas no governo anterior, as dezenas de milhares de novos funcionários públicos contratados por concurso e a preservação do Banrisul, da Corsan, CEEE, Sulgás e Procergs como empresas públicas também constituem uma forte demarcação do nosso projeto.

O Governo Democrático e Popular

As realizações, os programas e as iniciativas exitosas empreendidas pelo nosso governo em três anos e meio não têm paralelo com qualquer experiência administrativa executada pelos nossos adversários. Tanto é assim que em nenhum programa de rádio e televisão das candidaturas de oposição nosso governo foi administrativamente pautado, dado que qualquer comparação lhes seria desfavorável.

Cometemos erros além de sofremos com os limites financeiros, o bloqueio cerrado da oposição e o cerco da mídia ao governo. Em diversos momentos, seja em atitudes propagandistas equivocadas ou de voluntarismos verbais desastrados, fornecemos desnecessariamente armas aos nossos adversários. Mas é verdade que também tínhamos errado e enfrentado limites no nosso primeiro governo de Porto Alegre, e nem por isso fomos derrotados. É por que lá como aqui, nossos acertos estratégicos foram superiores aos nossos erros táticos.

PT-RS: APRENDER COM OS

Houve sim, de parte de parcela importante da mídia, uma postura permanente de instrumentalizar as pautas oposicionistas e de combate ao governo, exercendo relativa eficácia sobre a consciência crítica e de discernimento inclusive de setores sociais identificados com o governo.

Não conseguimos, na condução da campanha, sobrepujar estas dificuldades através da afirmação do nosso governo e do aproveitamento pleno das potencialidades por ele abertas.

Prélias e reeleição

A inclusão da possibilidade da reeleição na Constituição Federal, contra a nossa posição, abriu uma nova situação política nos quadros sucessórios. O governante que ocupa o cargo, a menos que não deseje disputar o pleito ou tenha feito um governo indefensável, que não é o caso do governo Olívio/Rossetto, dispõe de uma enorme legitimidade para continuar a aplicação do projeto. A realização das prévias partidárias no PT/RS em 2002, com a derrota interna do governador passou para a sociedade a impressão de que o próprio partido não aprovava seu governo e deu um potente argumento para os nossos adversários, sendo utilizado não só a nível local como a nível nacional.

Porto Alegre

O resultado em Porto Alegre (onde vencemos as eleições por 3.227 votos, quando em 1998, com a candidatura de Olívio Dutra, tiramos uma diferença de

223.737 votos) ficou abaixo do nosso potencial eleitoral histórico. Este resultado negativo em um contexto em que as cidades do entorno ampliaram sua votação demonstra que algo de específico incidiu sobre as opções do eleitorado da capital.

Com efeito, a renúncia do nosso Prefeito ao seu cargo em Porto Alegre, depois de comprometer-se a cumprir todo o mandato e ter exercido apenas um ano e três meses, foi apontado ao longo de todo o pleito, nas pesquisas que realizamos e pelos eleitores/as na campanha de rua, como um dos fatores determinantes do voto contrário ao PT. Isto exigirá do Partido uma linha de ação específica que recomponha a relação de confiança entre partido e população, e ações de governo que superem o atual estágio de desgaste político da administração na execução de obras e serviços.

Linha Política do Primeiro Turno

Iniciamos a campanha com um slogan - "Sim ao Rio Grande" - que pouco dizia sobre a linha a ser adotada pelo partido como centro de campanha. Os documentos de orientação interna expressavam a noção de que a campanha deveria centrar sua ação na demonstração de como superaríamos o nosso primeiro governo. Ou seja, na idéia de futuro mais do que a exposição do que foi feito pelo atual governo. Esta polêmica não durou muito. Foi logo substituída por um ataque frontal à candidatura de Britto, ao qual todos os outros elementos ficaram subsumidos.

Em um total de duas dezenas de programas eleitorais, no primeiro turno, em apenas quatro o governo é referido, em

dois aparece o vice-governador e o atual governador comparece uma única vez.

As consequências desta tática centrada no ataque a Britto ficaram evidentes quando a oposição trocou de guarda, passando para Rigotto a função de nos enfrentar: nada tínhamos acumulado para enfrentar o adversário do segundo turno.

No debate da linha de campanha, em junho de 2002, havia uma outra proposta, que dizia literalmente o seguinte, - em relação à candidatura Rigotto:

"(...) não podemos descuidar-nos quanto ao potencial de crescimento de Rigotto, que disporá de expressivo tempo de televisão, apresenta-se como terceira via à polarização Britto/PT, pertence a uma coalizão que disputa a valer as eleições presidenciais e em decorrência obterá aporte financeiro substancial e forte esquema de marketing, e que conta, diferentemente de Britto, com enorme máquina partidária e estrutura militante compactada em torno de sua candidatura em todo o RS.

Devemos, por isso, acompanhar com atenção a evolução desta candidatura no processo eleitoral, evitando uma postura adocicada que possa nos criar armadilhas e gerar importantes contradições na eventualidade de termos de disputar o 2º turno com este candidato".

- quanto à afirmação do governo do estado:

"Nesta eleição o nosso Governo estará no centro dos debates políticos. Será uma eleição com caráter plebiscitário, em que a oposição conservadora ao nosso projeto, que desde antes mesmo da instalação do governo vem desferindo agressões desmedidas, amplificará as críticas e realizará de maneira ainda mais sistemática ataques de natureza ideológica, política e programática.



ERROS

Por essa razão, a campanha deverá ser um momento de clara afirmação do Governo Democrático e Popular que iniciamos em janeiro de 1999 no Rio Grande do Sul, que representou a interrupção da política neoliberal aplicada de forma selvagem pela coalizão conservadora de Britto, e inaugurou um período de mudanças estruturais da realidade econômica, social e cultural do Estado.

Muito além da proclamação genérica dos atributos do nosso projeto, seremos exigidos a sustentar nossos compromissos programáticos a partir da demonstração do conjunto de realizações concretas que vimos implementando (...).

Com efeito, a negligência destes dois aspectos nos custaram caro no primeiro turno e emolduraram as condições da disputa do segundo turno.

Além disto, a ênfase nas personalidades - traduzida pela defesa da comparação de biografias em detrimento da clara e permanente polarização de projetos - não alimentou nossa militância com os argumentos políticos e programáticos suficientes e necessários para a vitória.

Dispersão organizativa no Segundo Turno

Do primeiro para o segundo turno, a campanha passou de uma centralização excessiva para uma fragmentação demasiada, não sendo raras as vezes em que houve deliberação na coordenação e inaplicação da linha aprovada nos materiais ou na TV. No primeiro turno, toda a campanha esteve voltada para polarizar com a candidatura de Britto. O crescimento de Rigotto e sua ida para o segundo turno pegaram a maioria da coordenação de surpresa e revelou a inexistência de uma estratégia de campanha para enfrentar a candidatura do PMDB.

No segundo turno publicamos nosso primeiro material dez dias depois da campanha haver recomeçado e o mesmo teve que ser recolhido por causa de um erro quando afirmava que o Banrisul havia sido privatizado. Durante todo o segundo turno a crise pela falta de material era desestimulante e permanente.

Apesar de tudo isto, nossa brava e aguerrida militância se jogou às ruas, às vilas, aos locais de trabalho, de estudo e de lazer, ao interior do estado, aos locais de moradia, batendo de porta em porta e apresentando nossas propostas. Conseguimos, apesar dos erros, reverter milhares de votos, graças a este trabalho apaixonado e consciente. Diante da derrota, todas as homenagens são justas porém insuficientes para traduzir a importância política desta militância que fortalece o nosso projeto e nos dá esperança de futuro.

Pesquisas, Mídia e Manipulação

Nestas eleições as pesquisas eleitorais novamente se revelaram mais um instrumento de manipulação da realidade do que um instrumento apto a desvelá-la. Nada disto é novo para nós. Em 1988 conquistamos a Prefeitura de Porto Alegre com as pesquisas nos colocando em quarto lugar. Em 1998, dias antes da eleição, o Ibope publicou pesquisa em que nosso candidato aparecia 20 pontos atrás de Antônio Britto.



Em 2002, no entanto, o partido teve sua defesa imunológica diminuída para este tipo de instrumento. O papel excessivamente central que as pesquisas ocuparam nas prévias, a contratação do mesmo instituto (Ibope) para pesquisas partidárias, além de uma reação pouco contundente a seus resultados, permitiram que as pesquisas tivessem uma influência maior na nossa militância do que em anos anteriores. Os erros nos números destas pesquisas são muito preocupantes e merecem uma atenção especial para o futuro imediato no sentido da sua maior regulamentação e, especialmente, na determinação de sua transparência com a possibilidade do acompanhamento por parte dos partidos na sua aplicação, processamento e divulgação *in loco* e *on line*.

Outro tema correlato que exige tratamento partidário e debate com a sociedade é o da democratização e do controle ético da grande mídia na vida política brasileira. Não teremos uma verdadeira democracia no Brasil enquanto não tivermos o direito de informação assegurado à cidadania brasileira.

Conclusões

Diante destes fatos, podemos afirmar que as causas determinantes da nossa derrota encontram-se dentro do próprio ambiente de campanha, suas opções, seus erros e acertos e não em circunstâncias anteriores ou exteriores a esta. Poderíamos ter vencido as eleições nos marcos desta conjuntura (Governo do estado, dura luta política da oposição, pouco tempo no espaço de TV, etc.) como o próprio resultado demonstra. Nosso partido precisa, diante da derrota, ter a humildade de aprender com os erros cometidos e não repeti-los nos embates que advirão.

Precisamos, ao mesmo tempo em que

fazemos o balanço político desta campanha eleitoral, elaborar uma estratégia política para enfrentar o próximo período, levando em conta a nova conjuntura que se abre com a vitória de Lula no Brasil e com a derrota de Tarso no Rio Grande.

Devemos afirmar a vitória de Lula para a Presidência da República com muita força e engajar a militância do nosso Partido na construção do governo federal. A vitória de Lula acende a chama da esperança para milhões e milhões de pessoas, não apenas no Brasil, mas nas Américas e no mundo inteiro. A esperança de que sejam removidos os fundamentos do projeto neoliberal que levaram à exclusão e à miséria milhões de trabalhadores/as que perderam seus empregos com as privatizações, com o desaquecimento da economia ou com as reestruturações internas às empresas. A esperança de que o Brasil se torne uma nação na qual o povo tenha vez e voz, que possa participar das grandes decisões do país e que nossos governantes defendam, com soberania e honradez, os interesses legítimos do nosso povo perante as demais nações do mundo globalizado. Enfim, a esperança de que um outro mundo e um outro país são possíveis.

Da mesma maneira, devemos fazer uma profunda investigação das causas gerais e específicas da derrota da nossa candidatura ao governo do estado em 22 das 35 prefeituras que administramos e, a partir daí, traçarmos um planejamento estratégico coordenado pelo PT para corrigirmos, em tempo, os erros e equívocos identificados e afirmarmos os acertos e conquistas alcançadas. No próximo período teremos como desafio manter e ampliar uma forte presença na disputa municipal. Para isto temos que ter a capacidade de enfrentar, e resolver, pelo menos quatro desafios distintos: *vencer as eleições em Porto Alegre*, pelo significado que a capital dos gaúchos tem para o estado em geral e para

a esquerda em particular; *construir a sucessão nos municípios em que governamos pela segunda vez e que nossos prefeitos não poderão ser candidatos*, (Caxias, Gravataí, Alvorada, Viamão); *garantir a reeleição nos demais municípios com governos petistas e, finalmente, ampliar em muito o número de municípios governados pelo campo democrático e popular no RS.*

Nossos/as parlamentares cumprirão um papel fundamental nesta nova conjuntura. Nossa bancada federal terá a tarefa de afirmar o governo Lula e representar nosso governo no território gaúcho enquanto nossa bancada estadual terá como principal tarefa a fiscalização do governo Rigotto e o desenvolvimento político do estatuto de oposição que as urnas nos conferiram aqui no estado.

Devemos também retomar um forte diálogo com os movimentos sociais e populares para construirmos, em conjunto, um programa e uma direção política capaz e consequente visando as próximas disputas políticas, sejam programáticas, ideológicas ou eleitorais.

Todas estas tarefas só serão enfrentadas com êxito se formos capazes de superar o desafio partidário. De todas as virtudes do PT do Rio Grande do Sul a mais importante para as suas vitórias sempre foi o seu sentido coletivo e unitário. É justamente este sentido que, esgarçado no último período, que precisa ser recomposto. *Construir um partido de forma democrática e militante, que seja capaz de colocar-se acima de pretensões pessoais ou de grupos, que tenha na politização sua solda fundamental é nosso maior desafio e nossa maior tarefa.*

Temos enormes desafios pela frente. O PT tem força e capacidade para, com humildade, dedicação e sabedoria, retomar do governo do estado em 2006. Para aprofundar as mudanças em favor das classes populares que começamos.

Chico Vicente é secretário geral do PT-RS e **Luís Felipe Nelsis** é membro do Diretório Regional do PT-RS.

A CUT NO DESAFIO DO NOVO GOVERNO

As mudanças pelas quais o povo clamou majoritariamente nas eleições dependem de um governo com vontade política de impulsioná-las e da existência de movimentos sociais fortes, autônomos e mobilizados que empurrem no mesmo sentido.

Rafael Freire e Rosane da Silva

O governo Lula representa um enorme desafio para o sindicalismo cutista. E na relação entre o novo governo e a CUT (mas também o MST, as Pastorais Sociais, a CMP, os movimentos de mulheres, etc.) está uma das chaves do rumo que tomará o projeto da esquerda brasileira.

Entramos em uma nova fase da conjuntura nacional e não podemos pautar nosso debate apenas nas velhas referências, elaboradas no período em que o neoliberalismo estava no centro do governo federal. Esse período, que agora se encerra, era caracterizado pela defensiva e resistência dos setores de esquerda do país. Nele nossa central enfrentou impasses e sofremos derrotas na nossa agenda (privatizações, perdas de direitos, etc.).

Carência de referências

Para este debate há de forma muito evidente uma carência de “parâmetros” históricos ou internacionais. Os movimentos sociais brasileiros contemporâneos nunca foram “correia de transmissão” de um “partido dirigente” – assim não nos diz respeito as experiências do comunismo *estalinizado*. E, no entanto, esses movimentos sociais são formados majoritariamente por militantes do PT, isto é, o projeto partidário e do governo “lhe dizem respeito”, além de que esses movimentos não são apolíticos, nem despolitizados.

Se for para buscar no mundo contemporâneo uma situação aproximadamente similar poderíamos identificar a África do Sul. Lembre-se que Mandela chegou ao governo na queda do apartheid expressando um imenso anseio pela eliminação da exclusão social e política da população negra. Mas, nesse país assumiu um governo que implementa política neoliberais a partir de um pacto político entre o Congresso Nacional Africano (de Mandela), o Partido Comunista e a central sindical COSATU.

Diferenças no caso brasileiro

A CUT, o MST e outros movimentos assumiram a campanha para Lula e candidatos do PT, mas não há nada parecido a um “acordo programático” (quem definiu o programa e as alianças foram o PT e o Lula) ou “de governo” (quem define a composição do governo e a forma de governar é o Lula). Quem vai governar é o PT com os partidos aliados.

Sobretudo na Europa houve (ou há) casos de centrais sindicais com hegemonia socialdemocrata ou comunista no contexto de governos de partidos socialistas (às vezes em aliança com verdes e/ou comunistas). Mas diferente do sindicalismo europeu na CUT não há “disciplina sindical”. Na Europa quando a cúpula de uma central sindical decide uma linha de atuação, o resto da estrutura dessa central acata. Quem encaminhar algo contrário estará sujeito a punições. No caso da CUT, a unidade ou se constrói com uma ampla maioria ou não acontece. Não há possibilidade de que a direção da Central tente impor uma política à base ou às instâncias intermediárias.

Muitas experiências, pouco acúmulo

A relação entre os governos petistas e o movimento sindical tem sido pouco

analisada por ambas as partes, apesar da história de 20 anos (desde a primeira prefeitura conquistada em 1982) recheada de momentos de tensão. É verdade que governos municipais ou estaduais têm um caráter diferente do federal, dadas as limitações de atribuições que têm esses níveis de administração. Mas, mesmo assim, pouco ou nada se tem consolidado em termos de parâmetros de relação com a CUT – nem sequer com o funcionalismo organizado nos sindicatos cutistas. Assim, a possibilidade de repetir erros banais – de ambas as partes – é imensa. Seja o partido, em função de governo, considerar que tudo o que vem do sindicalismo ser mero “corporativismo”; seja os sindicatos e a Central considerarem que nada mudou (em relação aos governos anteriores) e que seu papel continua o mesmo.

Disputando os rumos do país

Estamos ingressando em uma nova etapa. O sindicalismo cutista não é espectador da cena nacional, senão um dos seus atores principais. As mudanças pelas quais o povo clamou majoritariamente nas eleições dependem de um governo com vontade política de impulsioná-las e da existência de movimentos sociais fortes, autônomos e mobilizados que

empurrem no mesmo sentido. Trata-se de duas facetas do mesmo processo político, e é necessário que o povo também o sinta assim.

Para tanto, faz-se imprescindível que o novo governo anuncie o rumo da mudança (quais são os seus parâmetros? quais os objetivos e metas a alcançar?) Trata-se, como tem sido dito, de “sair do neoliberalismo” e o governo precisa ser didático junto a população.

Mas, também os movimentos sociais devem vincular suas reivindicações imediatas à conquista de um novo projeto de país. Por exemplo, não haverá melhoria salarial e das políticas sociais sem uma diminuição da vulnerabilidade externa do país: reivindicamos salários e serviços essenciais tanto quanto reivindicamos o desmonte da armadilha do capital financeiro internacional.

Uma nova cultura política

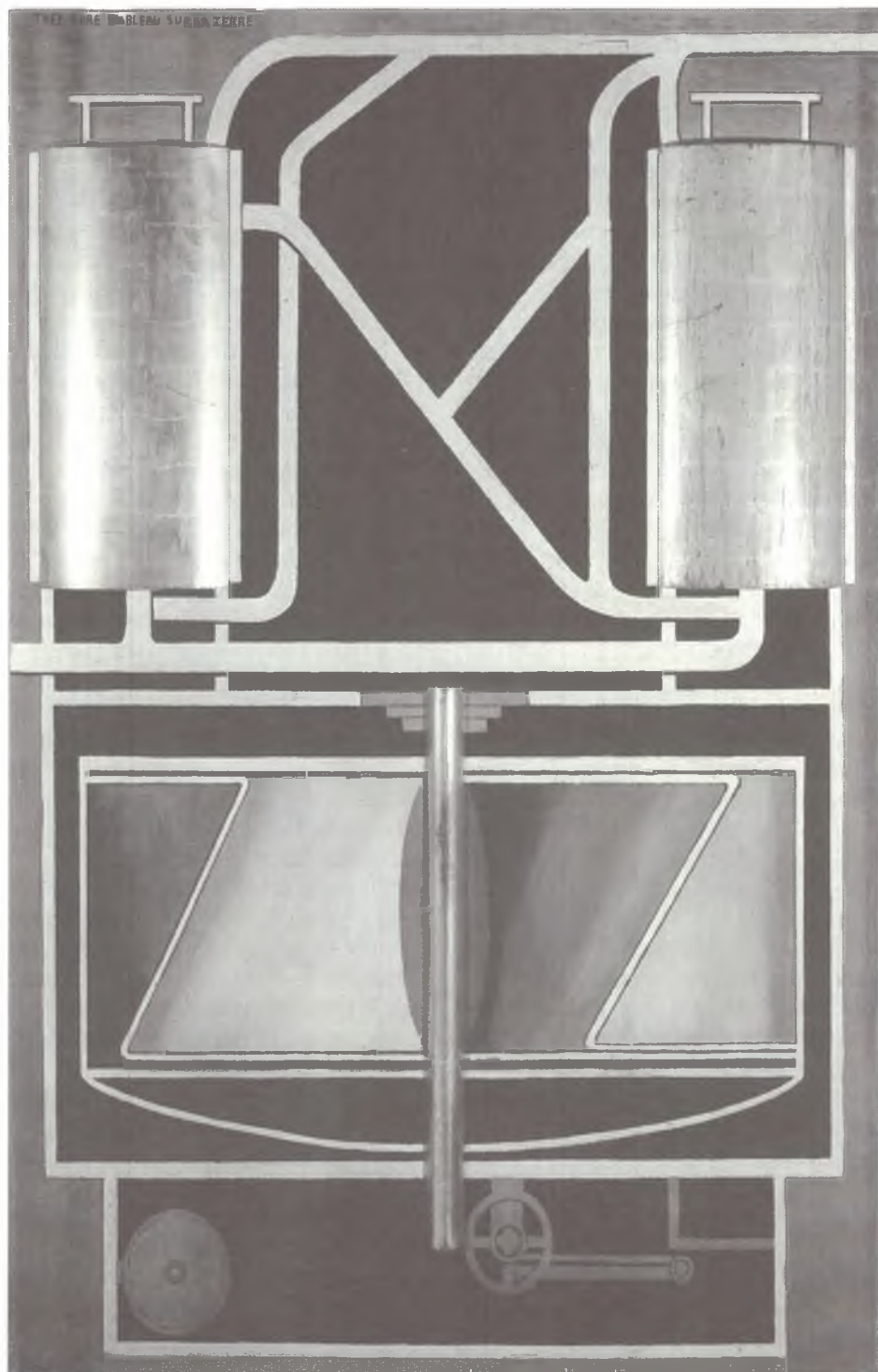
Não haverá novo projeto de país sem uma nova política. Isto é, sem a participação ampla e plural da população nos debates e nas decisões. Pelo menos desde a crise do sandinismo em finais dos anos 80 na Nicarágua, sabemos que não basta implementar um programa diferente, é preciso implementá-lo de uma forma diferente. Qual feição ganhará a democracia participativa em nível federal? Qual o papel que caberá ao povo organizado em sindicatos, associações de moradores, movimentos camponeses, etc?

Nos anos 80 e inícios dos 90, a CUT foi chamada a negociar o que e quanto os trabalhadores iriam perder – em função da aplicação dos projetos conservadores. Essa era a essência dos “pactos sociais” então propostos (e rejeitados pelos Congressos Nacionais da CUT até 1991).

Em relação ao período atual, a CUT deixou claro que não se recusa à negociação (com o novo governo, entidades empresariais e outros atores sociais) desde que não signifique novos sacrifícios para os trabalhadores. O pressuposto é que o marco dessa negociação será a saída do neoliberalismo, não seu aprofundamento. O cenário em que se estabelecerá essa negociação será de intensa disputa com as forças conservadoras que tentarão impor sua agenda neoliberal como uma “necessidade” e não como o que é: uma “opção” do capital financeiro internacional.

Mas, em qualquer caso, é fundamental garantir que a CUT (assim como outros movimentos sociais) irá se mover nesse processo com autonomia em relação ao governo, respeitando suas instâncias deliberativas e as assembleias de base, trabalhando democraticamente as contradições que necessariamente irão aparecer.

A CUT faz parte do mesmo campo político do governo e isso deve se refletir num diálogo sobre os rumos estratégicos do país. Mas, a nossa Central não faz parte do governo e a agenda para as transformações estratégicas não pode submeter a CUT à lógica governamental, ainda que ambos se guiem pelos objetivos comuns que temos para as transformações tão necessárias para satisfazer os anseios de nosso povo.



O PT E O GOVERNO

No dia 7 de dezembro reuniu-se o Diretório Nacional (DN) do PT. A primeira reunião depois da vitória. Havia uma grande expectativa sobre o anúncio do futuro ministério do governo Lula. A imprensa tem repercutido informações e contra-informações sobre o tema.

A reunião, no entanto, serviu apenas para que várias informações fossem transmitidas por dirigentes encarregados de diferentes tarefas. José Dirceu informou sobre as negociações com os partidos aliados. Os líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sobre os últimos dias de votações, ainda sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso. Antônio Palocci, sobre os trabalhos da equipe de transição. Silvio Pereira sobre a festa e as solenidades da posse do presidente Lula. Luiz Gushiken falou sobre um sistema de consultas para a formação do governo, via internet. Teve a fala do Lula, um breve balanço das eleições, a difícil tarefa de montar o governo e o peso das responsabilidades como Presidente da República.

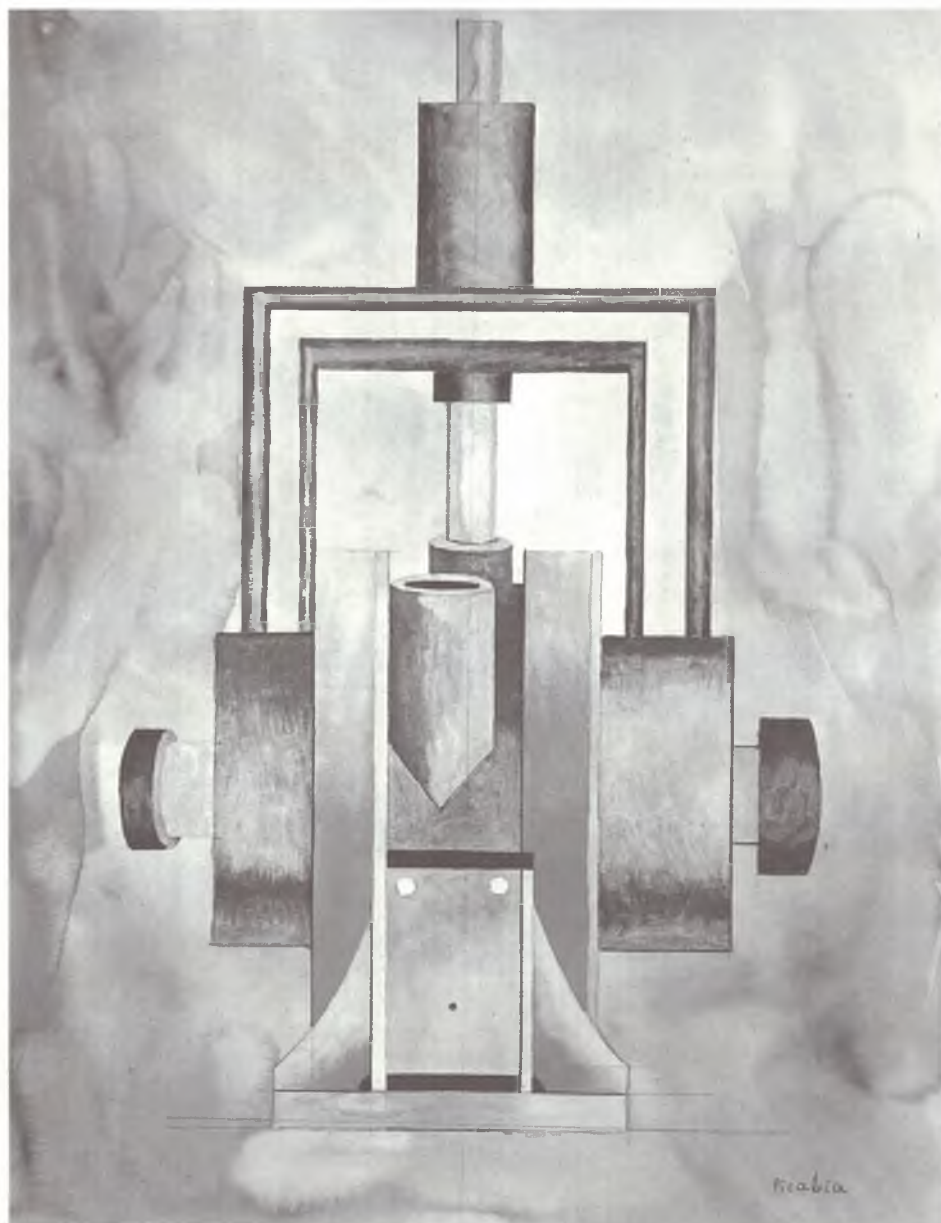
A reunião do DN não foi um espaço para a discussão política. Grandes temas da conjuntura não foram debatidos: a virada do cenário político, a herança do governo FHC, a disputa sobre o tema da transição (onde o atual governo tenta responsabilizar o futuro governo por decisões orçamentárias), os primeiros momentos do Governo Lula frente a questões da relevância do acordo com o FMI e as negociações da ALCA.

Desde a primeira reunião da Comissão Executiva Nacional, logo após a vitória, defendemos a constituição de um espaço partidário para a discussão da situação política do país, da transição e da organização do futuro governo. Isto não ocorreu.

O modelo adotado por Lula foi a constituição de uma equipe técnica da transição, coordenada por Palocci, tendo como adjunto Gushiken. E uma equipe coordenada por José Dirceu e por Luiz Dulci para fazer os contatos com os demais partidos e com lideranças do PT com o objetivo de apresentar a Lula sugestões para a montagem do governo.

A política da transição

Como a equipe de transição é o único espaço público e legítimo relativo ao governo Lula, e mesmo que seus membros tenham mantido uma postura impecável em relação às curiosidades da imprensa, seu coordenador, Palocci foi o principal porta-voz, até agora, sobre questões políticas da maior importância. Na ausência de outros espaços legítimos, as declarações de Palocci à imprensa, suas entrevistas, são as posições públicas que anunciam o perfil do governo. As posições de Palocci, em geral, se distanciam das Resoluções do Encontro Nacional do PT (dezembro de 2001) e mesmo do Programa de Governo da Coligação Lula Presidente (junho de 2002). O Programa introduziu o conceito de uma transição entre o regime do neoliberalismo e o outro modelo proposto. Assumia explicitamente manter os contratos firmados, metas inflacionárias, superávit primário de 3,75% (ou o que fosse necessário...). Esta política foi um retrocesso em relação às posições adotadas em Recife. O problema de muitas das opiniões expressas por Palocci é que a noção de transição foi substituída pela de permanência da mesma política de FHC/Malan. O conceito de transição implica na noção de tempo, de prazos, de método para sair de uma situação (considerada negativa) para uma outra, nova, condizente com nosso programa. Isto significa em primeiro lugar, a crítica à situação atual, crítica à política atual e aos seus fundamentos. Podemos reconhecer que não há alternativa de mudança brusca num primeiro momento. Mas para



construir uma alternativa concreta, é necessário negar aquela que levou o país a atual situação de impasse e que foi derrotada pelo povo.

O discurso sobre a transição prolonga-se pode ser útil para acalmar os agentes do mercado financeiro. Mas é necessário dosá-lo, para não legitimar a política econômica adotada nos últimos anos e bloquear a energia criadora das alternativas. Isso, aliás, é o ponto-chave. Os agentes dos mercados financeiros têm pressionado para que o novo governo aceite reduzir seu próprio poder, e desta forma fique com condições futuras mais desfavoráveis para pôr em prática uma outra política. O tema da autonomia do Banco Central, que voltou à baila na última semana, é o principal exemplo disto. Sua aceitação implicaria perder o controle sobre uma parte fundamental da política econômica.

Montar o governo

O PT é o partido hegemônico da coligação que elegeu Lula Presidente. O PT

está no centro da vida política nacional. A declaração de Lula na reunião do DN sobre a importância do partido e da relação do partido com o governo foi importante. Como foi também a indicação unânime de José Genoino para a presidência nacional do PT. No entanto, no primeiro momento importante do PT, após a vitória eleitoral, a sua participação como partido está limitada às declarações públicas de alguns de seus dirigentes.

Para montar o Ministério, José Dirceu, Luiz Dulci e agora José Genoino conversam com as correntes internas e com as lideranças petistas. Recolhem opiniões, sugestões e discutem com Lula. Este sistema, bastante verticalizado, pode fazer muitos petistas tornarem-se ministros. No entanto, não consolida a participação do PT, como partido. Este é um problema que não diz respeito, exclusivamente, à participação das minorias partidárias na discussão sobre os rumos do governo. Diz respeito a todo o partido, com todas as suas sensibilidades, agora aguçadas nesta nova conjuntura que se abre.

Nos próximos anos do PT será exigido

Desde a primeira reunião da Comissão Executiva Nacional, logo após a vitória, defendemos a constituição de um espaço partidário para a discussão da situação política do país, da transição e da organização do futuro governo. Isto não ocorreu.

Joaquim Soriano

muito mais do que foi até agora. Será o partido no governo, mas também, necessariamente, o partido que estará nas organizações sociais, sindicais, populares, nas lutas democráticas e também nos legislativos e demais governos. A hora é de valorizar o PT enquanto partido, suas instâncias democráticas e unitárias, capacitando-o para intervir à altura das novas tarefas - governar o Brasil para mudar.

Allanças e governabilidade

O PT, um partido popular e de esquerda, chega ao Governo da República, mas as instituições, no entanto, permanecem as mesmas. Um governo de mudança para dar curso ao seu programa, precisa incidir fortemente para a reconstrução de uma república democrática. Neste sentido os conceitos vigentes sobre governabilidade podem ser alterados. Nos últimos oito anos as propostas de reformas neoliberais tiveram o Congresso Nacional como único ambiente de debate e resolução. A base de sustentação do governo FHC no Congresso era enorme: PSDB, PFL, PMDB, PTB, PPB. O método de negociação, partido a partido, deputado a deputado, levou a que em muitos momentos chegasse a público como a casa legislativa se transforma num grande balcão de negócios.

Dentre tantas reformas que o PT e o próprio governo eleito precisa levar adiante, a reforma política não pode ser colocada em segundo plano. Além de aperfeiçoar os mecanismos democráticos para a representação popular é preciso avançar com propostas de participação popular.

O êxito de experiências de participação popular, como o Orçamento Participativo de Porto Alegre, tem hoje não só grande aceitação interna, como repercute de forma muito positiva em todo o mundo. Não só recebe prêmios internacionais sobre gestão pública, como foi a sede do Fórum Social Mundial em 2000, 2001 e será em 2003.

A governabilidade se dará também quando a maioria eleitoral que fez Lula presidente conseguir se expressar, de forma organizada, em diferentes momentos de decisão.

Joaquim Soriano é membro da Executiva Nacional do PT.

LEMBRANDO AS DIRETRIZES DO PROGRAMA

"A redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa - uma das referências centrais de nossos governos estaduais e municipais - deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões (salvo raras exceções). Serão, portanto, não apenas espaços de debate e deliberação envolvendo Estado e sociedade, mas igualmente de disputa de hegemonia com a cultura clientelista e com os valores neoliberais." (Diretrizes do Programa de Governo, item 73, pág. 61)

A história não é linear, revela conquistas. Nosso processo republicano, marcado por espasmos democráticos num mar de golpes e autoritarismos, insiste no trânsito para uma democracia de alta intensidade. O caráter efetivo do governo Lula, mesmo com as imensas expectativas que despertou, será definido pelas forças sociais que o influenciarem.

Chico Alencar*

Haverá momentos em que Lula lá e nós aqui, pelo resto do país, vamos ter que nos comportar assim: sem medo de ser infeliz diante de cada pedra real ou plantada no caminho.

E não só pelos interessados (externos) em não perder essa galinha dos lucros de ouro chamada Brasil. Mas diante, também, de cada pedra real ou plantada por brasileiros desacostumados ou incapazes de conceber um Brasil sem fins lucrativos, ou um governo litigioso (diante das mazelas institucionalizadas) em vez de amigável.

O sonho acabou de começar. O pesadelo também. É como um Fla-Flu de nossas vidas. Deixar que o pesadelo vença, e que, mais uma vez, o sonho seja rebaixado, não será apenas um erro tático fatal.

Será, sobretudo, um crime. Um triste e inafiançável crime.

(Jésus Rocha, Tribuna da Imprensa, 6/11/02)

Das urnas, uma nova era

113 anos depois de proclamada, a República brasileira está em vias de ser refundada, com o despertar de energias voluntárias e solidárias jamais vistas. As novas bases de nossa organização sócio-econômica, política e cultural constituirão o que poderíamos chamar de Sexta República – na sequência da República Velha, da Era Vargas, da etapa liberal-democrática de 1946 a 1964, do período da Ditadura Militar e, a partir de 1984, da fase da redemocratização. Seu eixo estruturador será o protagonismo popular: a horizontalização da cidadania ativa como sustentáculo da mudança econômico-social que a eleição de Lula impõe.

Em 16 de novembro de 1889, Aristides Lobo, que se tornaria ministro do Governo Provisório chefiado por Deodoro da Fonseca, reconheceu num artigo que a



FRANCIS PICABIA, 1913

transição da decadente ordem monárquica para o regime republicano seria gradual e tinha um vício de origem: “o que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da nova era (...) Por enquanto a cor do governo é puramente militar e deveria ser assim. O fato foi deles, só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”.

Nesse alvorecer do século XXI, vivemos outro contexto. A partir das mobilizações massivas pelas Diretas Já, na agonia do regime autoritário imposto pelo golpe de 64, a constituição de governos e parlamentos pelo voto popular foi sendo esculpida como cláusula pétrea da nossa cultura política. Assim, eleição é sempre festa e, mesmo correndo no leito estreito dos abusos do poder econômico e da propaganda enganosa, intensifica o tempo da política e expõe a contradição do novo ainda em busca de figuração concreta – a esperança generosa na mudança – e a resistência do velho, do recorrente, da manutenção dos privilégios estabelecidos.

A história não é linear, evolutiva, mas revela conquistas. Nosso processo republicano, ainda que marcado por espasmos democráticos num mar de golpes e autoritarismos, insiste no trânsito para uma democracia de alta intensidade. No início do século passado, na República da dominação oligárquica, apenas 5% da população votava. E votava nos coronéis ou seus serviçais, os bacharéis. A luta das mulheres e dos democratas incorporou o voto feminino e secreto, no Código Eleitoral de 1932. Meio século depois, garantiu-se o voto ao analfabeto. Nesse outubro de

2002, mais de 52 milhões de brasileiros fizeram de Lula o segundo presidente de República mais sufragado no mundo. O senhor Da Silva tem trajetória singular: sobrevivente nordestino, filho de retirantes, criado só pela coragem da mãe, vendedor de amendoim e engraxate na Baixada Santista, ferramenteiro formado pelo SENAI, peão mutilado na fábrica do ABC, marido e pai vendo mulher e bebê mortos no hospital de atendimento precário, trabalhador desempregado, líder sindical de multidões, preso político... Sua condução à presidência da República revela mobilidade política e seu compromisso de vida com os de baixo abre expectativas quanto a uma nova era, de efetiva ampliação da mobilidade social, que hoje só existe como exceção na ordem da continuada exclusão.

O republicanismo no mundo teve várias feições, mas sua característica básica é a rejeição às formas elitistas e aristocráticas de formar governos e administrar. Robespierre, no preâmbulo da Constituição Francesa de 1793, afirmava que “o povo é o soberano e o governo é sua obra e seu produto; os funcionários públicos, seus servos”. A Carta Brasileira de 1988, no Parágrafo Único do seu artigo 1º, resgata esse princípio mais falado do que praticado: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Uma nova gramática do poder

O quadriênio do governo Lula estará assentado nesta concepção de soberania popular. Com seu voto, milhões disseram

que querem mudança negociada mas substantiva, e prioridade aos famintos, pobres e desempregados, ainda que isto desagrade aos credores estrangeiros. O povo disse que os jovens de carne, frustração e osso, muitos dos quais no limiar da criminalidade e à beira da morte, são mais importantes do que esta poderosa e inviolável entidade chamada mercado. Em termos técnicos, um economista com sensibilidade, votando em Lula, diria, em nova gramática, que “superávit primário com tanto déficit social é mentira para engordar o capital rentista”. Esta postura nova se traduzirá em planejamento estratégico para o Brasil voltar a crescer, com justiça social, e em políticas públicas imediatas. Como diz o Programa de Governo do candidato vitorioso, para consolidar este rumo de mudança “será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado”. Nada de messianismo e de paternalismo, portanto. Absoluta urgência na superação da miséria e do abandono, sem dúvida.

Parafraseando Eduardo Galeano, na era Lula, já que os votantes votaram e, afinal, escolheram, os funcionários funcionarão, os meios de informação informarão, as escolas ensinarão, os juizes farão justiça, os policiais não cometerão mais crimes. A Sexta República sepultará, paulatina e firmemente, esta sombria época em que “as bancarrota são socializadas e os lucros privados, o dinheiro é mais livre que as pessoas e as pessoas estão a serviço das coisas”.

A herança que o governo Lula recebe é pesada: 20% da população adulta desempregada, 50% na informalidade, inflação

crescente, criminalidade exacerbada nos grandes centros urbanos, dilapidação do patrimônio público (a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são as últimas “jóias da Coroa”), dependência de capitais externos de curto prazo e de aportes do FMI (com exigências que nos fragilizam cada vez mais), elevadas taxas de juros, imensa dívida externa (2/3 no setor privado) e interna, déficit previdenciário, caos tributário e cultura da sonegação, moeda frágil, parque industrial desprotegido e desnacionalizado, recursos naturais aviltados, desencanto com a idéia de Nação.

Entre um governo que finda e outro que se prepara, a equipe de transição começa dançando conforme a música que a atual administração toca, como destacou Celso Furtado. O sonho outonal dos patriarcas que se despedem é a continuação do modelo, e por isso eles insistem em expedientes como a intocabilidade dos acordos com os organismos financeiros internacionais e até autonomia do Banco Central, à qual o próprio FHC sempre se opôs, além de manutenção dos atuais gestores da política econômica. O PT, mandatado pelas urnas, tem todas as condições políticas e a obrigação moral de não ceder. Um governo que não controla as operações do sistema financeiro, não gerencia as suas dívidas e a política de câmbio, não fixa as taxas de juros, não acompanha a remessa de lucros para o exterior e a emissão de dinheiro – atribuições do Banco Central – é um meio-governo.

Para desafinar o coro lamentoso das viúvas do neoliberalismo é preciso abrir as portas e janelas dos palácios para deixar entrar o hino da alegria que ainda ecoa nas ruas. Mesmo no terreno minado da travessia, que promete um 2003 de muitas dificuldades e austeridade, é fundamental não frustrar as promessas de esperança. Lula sabe e disse bem, no seu primeiro discurso após a eleição, em 28/10: “ontem, o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país. (...) A nossa vitória significa a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil. (...) A maioria da sociedade votou pela adoção de outro ideal de país, em que todos tenham os seus direitos básicos assegurados. A maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda. (...) Vamos aplacar a fome, gerar empregos, atacar o crime, combater a corrupção e criar melhores condições de estudo para a população de baixa renda desde o momento inicial de meu governo”. Dia 6/11, na primeira reunião da nova bancada federal do PT, a maior da Câmara dos Deputados, o presidente José Dirceu reiterou: “o povo perdeu o medo de se governar e derrotou fragorosamente o governo FHC; o povo quer mudanças e nós, mesmo navegando num mar de contradições, vamos fazê-las”.

Um novo Brasil está nascendo

O Brasil tem potencial para resolver seus maiores problemas, em função do seu crescimento urbano-industrial no século que passou e de uma base agrícola invejável. 78% da população mundial vivem em país de renda per capita menor do que a nossa. Por outro lado, estamos no topo da desigualdade social. Há 53 milhões de pessoas com renda insuficiente, na pobreza, e 22,6 milhões na indigência, mas, com a desconcentração de renda e da riqueza

que há dentro do próprio país este número poderia cair em 60% em menos de uma década. Gasta-se mais de 20% do PIB com políticas sociais, mas os resultados são pífios, pois boa parte desses recursos são desviados pela corrupção, pela burocracia e pela aliança espúria dos abocanhadores de dinheiro público, que são das camadas ricas e médias.

Também nesse enfrentamento o Programa de Governo da Coligação Lula Presidente é claro: “o combate às desigualdades econômicas e sociais é condição necessária para que seja garantido a todos os brasileiros e brasileiras o status de cidadãos, homens e mulheres realmente iguais perante a lei. Mas é também preciso um esforço político e cultural para que se afirme no Brasil o princípio da igualdade”. Traduzindo: o governo Lula tem o compromisso de ser indutor de solidariedade e propulsor de um grande embate ideológico contra a cultura de discriminação vigente há séculos na formação social brasileira. Estamos entrando numa fase polêmica, tensa, inteligente e criativa da nossa história. Todo governo liderado pelo PT tem o compromisso de contribuir para a resignificação dos valores socialistas, democratizando radicalmente os instrumentos de governo e distribuindo renda, cultura e poder.

A construção do Brasil que a gente quer, articulando o institucional e o movimento social, levando a praça ao palácio e dando potência às energias cidadãs despertadas, enfrentará obstáculos. O PT venceu mas não venceu sozinho nem ganhou tudo (perdemos a disputa pelos governos estaduais nos principais estados do país). E é verdade que, se o eleitorado deu uma guinada à esquerda, o PT também fez uma

inflexão para o centro, moderando seu discurso e se aproximando até de adversários históricos. No cenário internacional, a crise da globalização neoliberal tem como contraponto o fortalecimento do Império norte-americano, com Bush e seu plano de guerra à frente.

O caráter efetivo do governo Lula, mesmo com as imensas expectativas que despertou, será definido pelas forças sociais que o influenciarem. E há aquelas reacionárias, de engessamento. A tradição das classes dominantes brasileiras – as mesmas que fizeram “a revolução antes que o povo a fizesse”, em 1930 – é domesticar a ânsia transformadora das classes populares e perder alguns anéis mas manter as mãos firmes no controle da máquina estatal. Derrotados nas urnas, esses setores farão o possível para tornar o governo Lula convencional, híbrido, tímido, recuado, que não viabilize como vontade política a expressão da maioria eleitoral. Para vários setores do poder econômico, Lula seria apenas uma continuação “mais sensível” da década neoliberal dos Fernandes. O pensamento do caminho único e da tirania do mercado e do capital financeiro, mesmo com este afastado da burguesia industrial, ainda é hegemônico no Brasil. A representatividade dos partidos de esquerda e a mobilização dos movimentos sociais ainda é pequena, quando olhamos os enormes desafios. Mesmo assim, o ânimo transformador que tomou conta do Brasil permite acumulação progressiva e progressista de forças, evitando que o governo Lula fique prisioneiro da lógica conservadora.

Mais do que pacto (onde se costuma pedir sacrifícios aos já sacrificados), o que se propõe é um novo contrato social, re-

conhecendo e legitimando os conflitos (pela terra, pelos salários, pela moradia, pelos direitos básicos para todos) e mediando sua solução através da intensa participação dos envolvidos, em igualdade de condições, com o Poder Público fazendo a opção preferencial pelos historicamente marginalizados.

Um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social (é decisivo juntar os dois conceitos, como insiste o indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia em 1998), objetivando criar um forte mercado interno de massas, exige, a médio prazo, alimentos mais baratos, programas de habitação popular e generalização de serviços públicos essenciais de qualidade (mormente energia, saneamento, saúde e educação). Somos capazes de produzir tudo isso com quase nenhuma necessidade de importações. O modelo alternativo possível (para que, quase sem perceber, transitemos do necessário ao impossível), nesta conjuntura histórica, é o da distribuição de riqueza e renda, da crescente socialização dos meios de governar, com a elevação da consciência política e da organização dos setores populares, da inserção soberana na economia mundial, do confronto com os especuladores financeiros e com as oligarquias patrimonialistas, da modernização das instituições políticas, do redirecionamento da paquidêmica máquina estatal no sentido de garantir dinamismo nos serviços públicos.

Largas avenidas se abrem. Estes agitados tempos, onde a roda da História parece girar mais rápido, nos colocam graves (e buscadas) responsabilidades.

Começando bem

Um governo que vai renovar as práticas políticas, estabelecendo uma nova relação na sociedade, deve, de imediato:

1. Estimular o grande ânimo participativo, apoiando a formação de Brigadas da Cidadania, onde voluntários organizados, sob a coordenação de órgãos governamentais, atuem no combate à fome, em ações continuadas de educação e saúde, em mutirões de construção, defesa ecológica, difusão cultural etc;
2. Convocar a cidadania em geral, trabalhadores dos setores respectivos e especialistas ou estudantes de áreas afins para, numa espécie de Constituinte informal, contribuírem com idéias para os ante-projetos das reformas já definidas por Lula como fundamentais: política, previdenciária, trabalhista/sindical, agrária e tributária;
3. Definir, no Fórum Social Mundial III, de Porto Alegre, os eixos fundamentais que colocarão o Brasil no cenário internacional como líder dos países que rejeitam o globalitarismo excludente e subordinado, hegemônico pelos EUA, em defesa de uma nova relação, solidária, entre povos e nações;
4. Montar nas ruas e praças, sob a responsabilidade dos partidos e mandatos comprometidos com a mudança, os Quiosques Republicanos, com informações permanentes à população sobre a atuação do governo e acolhida de críticas e sugestões;
5. Escolher, na ocupação de Ministérios e direções de órgãos, fundações, sociedades e autarquias vinculadas à União, pessoas com compromisso político, competência técnica e ética inquestionável, sem vida pregressa com qualquer vínculo com o arbítrio e a tortura, a malversação de recursos públicos, o tráfico de influência e a discriminação.

Chico Alencar é deputado federal pelo PT-RJ.

* Contribuíram para a elaboração deste texto os economistas André Urani e César Benjamin, o cientista político Léo Lince e Frei Betto.



Milhares de jovens em Florença. A juventude, e não apenas jovens muito jovens e muito numerosos. Sentia-se a presença de uma geração que, mais que nos encontros precedentes, se afirmava coletivamente. Florença combinou um vigoroso movimento de ampliação e radicalização.

Pierre Rousset

O FÓRUM SOCIAL



O Fórum Social Europeu (FSE) realizou-se em Florença, entre os dias 6 e 10 de novembro (incluindo a manifestação do dia 9, sábado, e a assembleia dos movimentos sociais, realizada no dia 10, domingo). Com cerca de 60 mil participantes nos debates, e quase 1 milhão na manifestação, foi um grande sucesso.

O texto abaixo apresenta um primeiro balanço do Fórum.

Diversas facetas de um sucesso

Florença foi um grande sucesso, sob diversos aspectos. Será interessante voltar posteriormente a este tema, depois de algum tempo. Por agora, e “a quente”, eis algumas facetas.

1. Amplitude da participação

O sucesso de Florença é, antes de tudo, numérico. A participação, tanto no Fórum quanto na manifestação, pulverizou todas as previsões. Originalmente o comitê de organização italiano previa 5 mil participantes no FSE, depois 10 mil e enfim 20 mil, pouco antes do evento. Os números não pararam de aumentar ao longo dos dias, e terá havido afinal quase 60 mil participantes. Do mesmo modo, 150 mil manifestantes eram esperados no sábado: houve quase um milhão (a própria polícia italiana teve de admitir um número mínimo de 500 mil).

Algumas palavras sobre a participação estrangeira. Havia cerca de 3 mil franceses, e quatro outras delegações se avizinhavam de 1,5 mil: Grécia, Estado Espanhol (sobretudo da Catalunha), Reino Unido e Alemanha. Os outros países da União Europeia tiveram uma representação mais fraca. Do lado da Europa do Leste, havia notadamente 300 húngaros, 150 poloneses (uma surpresa) e 70 russos.

2. Desenvolvimento e organização

O FSE não se desenrolou, evidentemente, sem alguns problemas. Dificuldades de tradução no início, dificuldade de enquadrar alguns debates, brutal queda de temperatura, que tornou penoso ficar nos albergues coletivos sem aquecimento, in-

formação muito tardia sobre a programação das oficinas “livres”. ... Problema particular: era particularmente impossível para organizações que não tinham implantação local manter oficinas nas comunas da periferia (é por isto que Attac-IE teve de desistir da sua).

Mas, de conjunto, o FSE transcorreu notavelmente bem, considerando que a explosão do número de participantes (três vezes mais do que o previsto!) colocava grandes problemas logísticos. Do mesmo modo, a manifestação gigante pôde se desenvolver de modo muito mais tranquilo do que se poderia temer. Este sucesso foi permitido pelo enorme trabalho realizado pelos italianos (Que devemos agradecer! Um grande viva!), pela implicação de múltiplas redes, e pela auto-disciplina coletiva dos participantes. Foi também facilitado pelo lugar, uma fortaleza que oferecia um vasto espaço, único e bem definido. O que levanta uma questão com relação ao próximo FSE de Saint-Denis: está-se prevendo realizá-lo em dois ou três lugares afastados uns dos outros (Paris, Saint-Denis e talvez Bobigny).

3. Vitória política diante de Berlusconi

A amplitude da participação constitui por si mesma um importante sucesso político. Mas, além disso, o regime Berlusconi tinha se engajado numa verdadeira prova de força contra o FSE. O governo italiano tinha ameaçado fechar as fronteiras (abandonando o acordo de Schengen e, além disto, exigindo passaportes a europeus, o que deve ser ilegal) e proibir a manifestação. O FSE foi precedido de uma campanha de demonização que ultrapassou todos os limites, do seguinte tipo (eu não estou exagerando!): “Comerciantes: abai-xem as portas de ferro; pais: não mandem seus filhos à escola. Os bárbaros estão chegando. Florença, esta jóia histórica e artística, corre o risco de ser devastada”.

No final, as correlações de forças jogaram em favor do Fórum. Houve poucos problemas nas fronteiras. A prefeitura de Florença e a província (de esquerda) não cederam às pressões. Uma boa parte da população da cidade expressou seu apoio ao Fórum e à manifestação. Dezenas de milhares, depois centenas de milhares de

pessoas se reuniram sem o menor incidente, dando prova de uma autodisciplina impressionante. Os comerciantes que fecharam a loja simplesmente perderam clientes. E a mídia teve de mudar o tom. Berlusconi tinha decidido fazer de Florença um teste. O significado político (italiano, mas também europeu) do FSE ficou desta maneira mais importante. O movimento soube responder a isto, e obteve uma grande vitória.

4. Afirmção de uma nova geração

A juventude estava massivamente em Florença. A juventude, e não apenas jovens muito jovens e muito numerosos. Sentia-se a presença de uma geração que, mais que nos encontros precedentes, se afirmava coletivamente. Com uma forte presença feminina (muito maior que nas tribunas...). Aliás, para além do “vazio” militante dos anos 1980-início da década de 1990 (ainda sensível), os de 25-35 anos assumem responsabilidades crescentes. Boas notícias para o que resta da geração declinante (a dos anos 60-70), que vai poder começar a declinar mais tranquilamente.

5. Ampliação e radicalidade

O conjunto dos movimentos e redes que prepararam Florença, tanto no plano italiano como no europeu, é muito amplo, muito diversificado. No curso de um longo processo de preparação, mais de 500 organizações se associaram à sua realização. Na Itália, associações que tinham tomado alguma distância do movimento, depois de Gênova, se reincorporaram. O

arco das forças representadas ampliou-se ainda (com, especialmente, a direção da Confederação Europeia de Sindicatos). O número de participantes foi sem precedentes para uma iniciativa deste tipo, na Europa (o FSE foi numericamente comparável ao segundo Fórum Social Mundial de Porto Alegre, e a manifestação bem mais ampla).

Florença marcou um grau a mais na ampliação deste movimento de conjunto, sem que isto tenha entretanto atingido sua radicalidade. De fato, também a crítica “sistêmica” da ordem dominante se ampliou: Florença fez explicitamente a ligação entre a mundialização capitalista e os outros temas centrais de mobilização — o racismo e a guerra. Uma nova consciência anticapitalista (o que não quer dizer necessariamente uma consciência revolucionária, pelo menos no sentido em que a entendíamos há trinta anos) se exprime.

Florença prolonga, portanto, uma dinâmica engajada na segunda metade dos anos 1990, que combina ampliação (em particular ampliação social) e radicalização (no sentido de uma crítica sempre mais “sistêmica”). É esta combinação rara que alguns comentadores não podem e não querem compreender.

6. Convergências europeias

Enquanto fórum regional, um dos principais desafios de Florença era favorecer convergências militantes múltiplas na escala especificamente europeia, enquanto as resistências à mundialização liberal tem-se expressado sobretudo nos níveis

FÓRUM SOCIAL DO URUGUAI

De 15 a 17 de novembro realizou-se, em Montevidéu, o Fórum Social do Uruguai, que marcou mais uma etapa da ampliação do movimento, e especificamente da preparação do Fórum Social Mundial de 2003. Participaram, no total, cerca de 3.000 pessoas, um número sem dúvida muito significativo (além de uruguaios, estiveram presentes brasileiros — principalmente gaúchos — e argentinos). A presença de jovens foi marcante.

Entre as atividades com mais participantes estiveram o debate sobre a ALCA (houve também uma “Marcha pela soberania nacional e contra a ALCA”, na sexta-feira, dia 15); o debate “Repensando o Estado: a reforma do Estado, o ponto de vista dos trabalhadores e a participação cidadã”; e as duas oficinas sobre “Imperialismo, a crise do capitalismo na região e a alternativa popular”, promovidas pelo Centro de Estudos Populares (animado por militantes da Corrente de Esquerda da Frente Ampla) — a primeira sobre aspectos econômicos, a segunda sobre o programa político alternativo.

EUROPEU

nacional ou diretamente mundial (ainda que algumas coordenações já se tenham afirmado em anos anteriores no nível europeu, como o setor europeu da Marcha Mundial de Mulheres ou, como precursoras, as Marchas Europeias contra o Desemprego). Parece que isto se realizou claramente, especialmente por ocasião dos seminários. Redes que se ignoravam, embora tratassem das mesmas questões, reencontraram-se, cooperações se estabeleceram, debates foram iniciados. Isto diz respeito a numerosos terrenos de mobilização: contra a guerra evidentemente, mas também sobre os serviços públicos, a educação, a saúde, o transporte ferroviário, etc. Isto é tanto mais notável quanto o sucesso nesta questão não estava previamente garantido, pois as divergências se mostram frequentemente mais fortes, entre movimentos e correntes, na escala europeia (política da União Europeia) do que mundial.

Esta dinâmica de convergências na escala europeia se exprime nas perspectivas de ação definidas quando da assembleia dos movimentos da manhã de domingo. Um movimento antiguerra europeu nasceu nesta ocasião, dotando-se de prazos para mobilizações diante da ameaça de guerra no Iraque. Várias outras iniciativas e campanhas comuns foram escolhidas (G-8, ...), e muitas outras, conduzidas por diversas redes mencionadas especificamente, coletivizaram-se melhor.

Não sei em qual medida Florença contribuiu também para reforçar as convergências com as redes da Europa do Leste. Seria preciso ter mais informações a este respeito.

7. Dinâmicas cumulativas

Segundo os italianos, Florença marca um progresso político com relação a Gênova. Isto é testemunhado, especialmente, pela maneira pela qual o conjunto dos participantes compreendeu os dados da conjuntura (dominada pelas provocações de Berlusconi) e tiraram coletivamente as consequências: evitar toda "quebra". É testemunhado, do mesmo modo, pela amplitude da manifestação do sábado.

Florença também deu consistência a alguma coisa que amadurecia nestes últimos anos, ao fio das mobilizações ritmadas pelas reuniões de cúpula da União Europeia: um sentimento de pertencimento comum, entre europeus. É a vantagem da forma "fórum social", este encontro "entre nós". Ela cria efetivamente um "espaço" com uma função particular (desde que, evidentemente, este "espaço" seja preenchido por uma dinâmica militante, social, radical, sem a qual não seria senão uma casca vazia). Potencialmente, pelo menos, Florença constitui um ponto de virada na criação de um movimento propriamente europeu. O futuro dirá se esta potencialidade se tornou realidade.

O progresso do movimento é sensível no plano internacional. Tocamos aqui em um dos aspectos mais importantes do processo de mobilizações em curso desde alguns anos (em todo caso, desde 1998). O sucesso de uma iniciativa não é apenas pontual. Muito mais efetivamente do que no período precedente, as iniciativas não se sucedem apenas: respondem-se e articulam-se umas às outras. Aqui também, o quadro comum de referência "fórum social", tal como iniciado em Porto Alegre, contribuiu duravelmente para esta dinâmica, desde 2001.

Uma dinâmica cumulativa está assim em obra em escala internacional e agora europeia, como em muitos países. A cada novo objetivo maior, ou depois de cada prova (Götterburg e a amplitude da repressão em Gênova, 11 de setembro e repressão da ideologia da segurança...), perguntamo-nos se o movimento vai entrar em crise. E quase nos espantamos com o vigor com que ele continua sua progressão. Um vigor que exprime seu enraizamento, sua representatividade, sua força de atração. *So far, so good* [até agora, tudo bem].

Ritmos e continuidade

No imediato, é preciso conseguir fazer a passagem entre a Itália e a França, onde será organizado o segundo FSE em novembro de 2003, garantindo, para além da mudança de país, uma continuidade do processo na escala europeia e o prosseguimento de sua dinâmica cumulativa. Isto não está antecipadamente garantido. Reuniões preparatórias do FSE do próximo outono (do hemisfério norte) já se realizaram na França. A primeira reunião europeia está convocada para Paris, nos próximos 7 e 8 de dezembro.

A termo, o ritmo das iniciativas pode colocar um problema. No próximo ano, os movimentos devem garantir a contra-cúpula do G-8 em junho e o segundo FSE em novembro (e ao mesmo tempo participar ativamente dos outros encontros: Porto Alegre, Tessalônica, Roma, etc.); é muito para um ano. Atualmente, um Fórum Social Mundial e vários Fóruns Sociais temáticos ou regionais são organizados a cada ano. É novo, e não era a ideia inicial (previam-se antes uma alternância entre Fórum Social Mundial e Fóruns Sociais Regionais a cada dois anos), mas este foi o acordo a que se chegou em Porto Alegre em janeiro último. Os fóruns específicos vão se multiplicar. Por exemplo, em novembro de 2003, haverá o Fórum Social Mediterrâneo, além do segundo Fórum Social Europeu.

A multiplicação das iniciativas não representa necessariamente um problema para os participantes. Frequentemente, não são os mesmos que vão a Florença ou a Porto Alegre. Mas há o risco de que o ritmo se torne demasiado intenso para a rede de organizações que deve preparar e coordenar as iniciativas, tecer os laços entre elas para que se articulem umas às outras, dirigir e coletivizar cada uma das experiências, refletir sobre os ensinamentos, perceber o novo, difundir amplamente este conhecimento.

O dinamismo do movimento se deve muito à multiplicidade dos atores. A espontaneidade desempenha um papel decisivo, e não há comando geral. Mas o "movimento dos movimentos" não existiria sem a associação das organizações, das redes, o que não se consegue sem um esforço consciente. Sem, também, a definição de prioridades, a preparação de um calendário comum de eventos, de objetivos e de campanhas. Um plano de voo coletivo.

Tudo isto se realiza no longo prazo, exige tempo e militantes disponíveis, e dinheiro também (as viagens...). Daí a questão dos ritmos.

Assembleia dos movimentos e as perspectivas de ação

Como previsto, a assembleia dos movimentos, no domingo pela manhã, fez uma síntese das propostas de campanhas apresentadas durante o FSE (que se tinha encerrado formalmente no sábado, no meio dia, para deixar lugar para a manifestação).

Dois projetos de chamados tinham sido preparados coletivamente durante as semanas que precederam os encontros de Florença: um contra a guerra, o outro dito "dos movimentos sociais europeus". Foram completados após discussões feitas no quadro do FSE. Serão difundidos (de novo) separadamente. Em resumo:

1. Contra a guerra do Iraque

Esta breve declaração é concluída por

um chamado à coordenação da ação no nível europeu e à definição, sem esperá-la, de planos de mobilização em cada país. Três decisões concretas foram tomadas: manifestar por toda parte no sábado seguinte ao começo da guerra; preparar demonstrações de massa em cada capital no dia 15 de fevereiro; organizar uma reunião no dia 15 de dezembro, em Copenhague, para construir uma rede europeia capaz de coordenar todas as campanhas contra a guerra.

2. Chamado dos movimentos sociais

Este chamado é introduzido por uma espécie de "declaração de intenções" *"dos movimentos sociais e cidadãos de todas as regiões da Europa, do leste e do oeste, do norte e do sul"* em luta por *"uma outra Europa, um outro mundo"*: *"Nós estamos em Florença para discutir a construção de alternativas, mas também para continuar a ampliar nossas redes e para organizar campanhas e mobilizações que, em conjunto, poderão tornar possível o futuro pelo qual lutamos"*.

Este chamado menciona então uma longa lista de campanhas que foram apresentadas nos trabalhos do FSE. Estas campanhas podem ser animadas por redes específicas (que são citadas) ou assumidas coletivamente. Dizem respeito à guerra, ao racismo, aos direitos sociais, aos serviços públicos e bens comuns, à agricultura, aos direitos das mulheres, à democracia. O texto termina com um chamado para quatro eventos maiores:

"Todos juntos apoiaremos as mobilizações contra o G-8 em Evian (junho de 2003), contra a mercantilização do mundo por ocasião da cúpula da OMC em Cancun, e por uma outra Europa, por ocasião das cúpulas europeias de Copenhague (dezembro de 2002), Tessalônica (junho de 2003) e Roma (dezembro de 2003)."

Será preciso deixar passar algum tempo para que possamos medir o sucesso de Florença e seu impacto político a longo prazo. A implementação dos dois chamados lançados pela assembleia dos movimentos constituirá um elemento importante desta avaliação à posteriori.



Pierre Rousset é militante do ATTAC - Inst. Europeias, assessor do Bloco Verde Vermelho no Parlamento Europeu (GUEU) e um dos organizadores do Fórum de Parlamentares no FSM.

UM MOVIMENTO DE MOVIMENTOS

O III Acampamento Intercontinental de Juventude do FSM consolida-se como um movimento das resistências ao mundo capitalista. A construção de uma rede internacional destes movimentos pode inaugurar uma nova fase desta luta.

Anderson Campos
e André Mombach

A III edição do Acampamento Intercontinental de juventude envolverá o Fórum Social Mundial e também o Fórum Mundial de Educação, correspondendo a 11 dias de acampamento, em janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre. As dimensões alcançadas, desde a sua última edição, colocam uma preocupação central aos que estão comprometidos com a sua construção: como provocar o envolvimento dos mais de 30 mil jovens – expectativa do comitê organizador – na organização, na gestão e nas iniciativas políticas que ocorrerão num clima de intensificação das resistências ao neoliberalismo.

A década de 90 desenhou uma mudança societária e valorativa muito profunda, principalmente na juventude. Este é, sem dúvida, o setor mais disputado pelas concepções ideológicas dominantes e que, por isso, deve ser prioritário no bojo de um projeto de transformação social.

O protagonismo da juventude no processo de resistência à ordem neoliberal não pode ser confundido com a existência de um movimento específico de juventude. Percebemos um conjunto de movimentos específicos (anti-racismo, mulheres, livre orientação sexual, ecologista etc.) que abre possibilidades para a afirmação de um movimento que assume uma grande convergência: a luta anticapitalista.

Das alternativas às iniciativas

As edições anteriores do Acampamento contribuíram para as possibilidades de convivência de diferentes compreensões das lutas, num período no qual torna-se necessário reinventar, dinamizar e requalificar nossas práticas específicas e construir uma nova cultura militante. O primeiro FSM deu ênfase ao aprofundamento das resistências ao modelo neoliberal. O segundo aprofundou o debate das alternativas. O próximo precisa contribuir para articular as ações que pretendem alcançar as alternativas ao modelo que está posto.

O terceiro Acampamento apresenta-nos um importante desafio: construir uma



articulação de movimentos e organizações que possa convergir em ações, contribuindo com a agenda referendada na Assembleia dos Movimentos Sociais. A idéia de uma rede de movimentos em torno do Acampamento coroa o processo de construção desse espaço como um imenso laboratório das resistências. De que forma avançar para conectar as diferentes fren-

tes de atuação, sabendo que, internacionalmente, os movimentos que compõem esse movimento vivem estágios diferenciados ou têm características ou formas de ação distintas é um desafio posto para a construção de um espaço comum de articulação das resistências.

Entender que existe uma nova geração política nos remete a fazer algumas apos-

tas. Iniciativas importantes como a campanha contra a ALCA e a OMC, o Fórum Nacional Hip Hop, a construção do espaço dos movimentos que lutam pela livre orientação sexual, intitulado *Planeta Arco-Íris*, enfim, a diversidade de laboratórios de resistências globais será extremamente marcante em 2003.

Provocar o envolvimento

A organização da Cidade da Juventude de Carlo Giuliani (como foi denominada, em homenagem ao jovem assassinado durante as manifestações de Gênova contra o G8), em 2002, tentou abarcar a complexidade e suas dimensões cosmopolitas.

O Acampamento está sendo pensado como um laboratório de “um outro mundo possível”. Um laboratório de práticas que desafie todos os habitantes a se envolver neste processo e compartilhar sua organização. Ousar a pensar a “cidade” na sua plenitude: gestão democrática, consumo *équo* solidário e redes de consumo de produtos da economia solidária, política financeira e moedas de troca, construção e bioconstrução, gestão do lixo e reciclagem, ocupação do espaço e preservação ambiental, democracia na comunicação, políticas de segurança.

Outro aspecto inovador é a idéia de experimentar métodos de autogestão como a proposta de um Conselho Gestor do Acampamento.

A internacionalização deste processo para envolver o conjunto das juventudes de todo o mundo é o maior desafio. E isto pode consolidar o Acampamento para além de 2003, quando o Fórum não mais for realizado no Brasil. Um movimento internacional de resistência ao neoliberalismo, que reúne os mais diversos movimentos sociais é a característica fundante do FSM. E a gestão do Acampamento de juventude, parte constitutiva do Fórum, tem um papel central neste movimento de movimentos: instigar a construção de valores alternativos para uma nova civilização.

O ENCONTRO DA ESPERANÇA

O I Encontro de Nacional Entidades de Base realizado entre os dias 14 e 17 de novembro de 2002, na cidade de Niterói no Estado do Rio de Janeiro, representou uma experiência concreta de construção de espaços alternativos para o movimento estudantil brasileiro. Em uma iniciativa sem precedentes na história do movimento universitário, convocado por fora da estrutura da UNE, mais de 1.500 estudantes de todas as regiões do país reafirmaram a busca por um outro rumo para o movimento e suas entidades. Um laboratório de uma nova cultura política, de uma nova dinâmica para o movimento estudantil, talvez esta seja a melhor definição para este encontro.

O I ENEB procurou dar uma demonstração prática de como é possível, e necessário, estabelecermos espaços de reflexão e debate construídos de maneira horizontal, democrática e não excludente, respeitando as reais demandas dos estudantes. Organizado a partir de uma lógica que privilegiou a participação e o

envolvimento dos estudantes, o ENEB, através de painéis e de grupos de discussões, prova que o debate democrático de idéias, a troca de experiências serve para a revitalização dos movimentos sociais e não necessariamente devem ser sucedidos por votações e disputas de posições. Nenhuma resolução foi votada, nenhuma diretoria foi eleita ao final deste encontro, o que de forma alguma reduz sua importância, seu significado. Infelizmente, isto não foi compreendido por setores que participaram do ENEB e defendem uma postura mais *conservadora* para os movimentos sociais.

A democracia é um elemento imprescindível na condução dos movimentos sociais e, em particular, do movimento estudantil. Somente uma prática democrática, que estimule o envolvimento e a participação do conjunto dos estudantes pode proporcionar a superação do atual quadro de esvaziamento vivido por boa parte das entidades estudantis. Uma

nova lógica e uma nova cultura política são fundamentais para a renovação e o fortalecimento do movimento estudantil brasileiro.

A iniciativa do ENEB caminha no sentido de fortalecer e reoxigenar o movimento, a partir de espaços democráticos onde se possa debater e refletir coletivamente sobre os rumos do país e do movimento estudantil.

O ENEB foi também marcado pelo sentimento de que estamos entrando em um novo período histórico, repleto de possibilidades e de retomada das lutas sociais. Em sintonia com o momento político aberto com a vitória de Lula, este encontro soube abraçar o otimismo e a confiança dos estudantes brasileiros na construção de um novo rumo para o país. Em momentos como este lembramos o quanto a juventude brasileira sabe revigorar suas expectativas diante da possibilidade de mudança.

Vinícius Wu é militante estudantil da UFRJ e membro do coletivo Kizomba.

GENES EM REVOLTA

Ao longo dos tempos, temos lido e aprendido que no interior de cada uma de nossas células existe um livro de receitas. Um livro que ensina como preparar cada um de nós. É o que ficou conhecido como o nosso "código genético". Este código é formado pelos genes, pequenas partículas de informação, cada uma associada a uma característica que temos. Assim, a cor de nossos olhos, nossa pele, se somos grandes ou pequenos, tudo que somos, está já bem estabelecido em cada uma destas pequenas partículas. Conhecer cada uma delas, significaria ter a receita.

Ao final do século XX, completou-se a decodificação do nosso código genético. Temos agora uma receita traduzida?

No bojo desses questionamentos contra o determinismo genético surge "O século do gene". O livro de Evelyn Fox Keller, física por formação e professora de história e filosofia da ciência do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, um dos mais importantes centros de pesquisa do mundo, nos brinda com uma deliciosa reflexão sobre este problema. Publicado nos EUA em 2000, é agora trazido aos leitores brasileiros pela Editora Crisálida de Belo Horizonte, a partir da tradução de Nelson Vaz, professor de Imunologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Fox Keller, percorrendo a trajetória dos genes, desde a sua proposição no início do século XX, começa discutindo o significado inicial proposto a estas unidades, quando ainda não se conhecia sequer a forma que deveriam ter. Buscava-se, à época, responder à pergunta de como era gerado um ser vivo, como eram transmitidas, geração após geração, as características de cada um.

Hoje sabemos que no interior de cada célula existem filamentos enormes de pequenas unidades moleculares. Na verdade, são apenas quatro estas unidades. Destas "letras" – como podemos vê-las – é escrito o "livro da vida", ou o código genético. Estas letras ordenam-se numa molécula cuja estrutura em espiral, descoberta na década de 50, é um dos maiores símbolos dos avanços da ciência no século passado. Assim, parte importante da história da Genética foi feita antes mesmo que se conhecesse a estrutura dos genes, menos ainda seu funcionamento.

Toda esta trajetória leva a que importantes conceitos propostos no início do século, adquirissem uma definição que ainda carecia de fundamentos claros.

Um desses conceitos é o de que a cada gene corresponde uma função bem programada, e que cada um já teria, desde o princípio, uma função bem definida. Nesta visão, o ser vivo não seria mais do que uma soma de partes bem definidas: "este gene para os olhos, este para a pele, este para isto, este para aquilo, e pronto, temos o ser vivo montado".

Contrariamente a esta visão de um todo que é soma de partes bem definidas, surge uma outra. O todo, neste caso um organismo, não é uma combinação linear de partes; ele é muito mais do que isto. Estas partes adquirem novas propriedades ao serem colocadas em contato. Mais ainda, podem adquirir outras propriedades dependendo do ambiente no qual estejam.

A compreensão desta trajetória e a discussão desse problema: o que são e para que servem os genes; não é importante apenas para refletirmos sobre quais são de fato os progressos que alcançamos. Leva-nos a discutir toda uma trajetória da ciência no final do século passado. Deveria nos levar, também, a uma postura muito mais cuidadosa sobre a manipulação de sistemas complexos. Ao final, ao contrário de um bolo, trocar manteiga por margarina pode resultar numa enorme confusão...

Américo Tristão Bernardes é físico e professor da Universidade Federal de Ouro Preto.

Cultura e conflito no mundo árabe

Tariq Ali. *Confronto de fundamentalismos: cruzadas, jihads e modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Um ambicioso ensaio de reconstrução da trajetória do Islã como civilização, buscando oferecer inteligibilidade os acontecimentos de 11 de setembro. Ali, paquistanês vivendo na Inglaterra, hoje talvez o mais destacado marxista de origem muçumana, une elementos autobiográficos, análise histórica, sociológica e política em uma narrativa que, partindo das origens do Islã, descreve, sempre dialogando criticamente com o presente, o desenrolar das sociedades muçumanas até o século XX. Posteriormente, aprofunda sua análise em temas candentes como o conflito na Palestina, os interesses petrolíferos, a situação no Paquistão, no Afeganistão e na Caxemira. Depois de "um curso rápido de história do imperialismo americano", retoma os acontecimentos de 11 de setembro. Como apêndice, Ali publica uma entrevista de 1967 com Isaac Deutscher, intelectual com o qual se identifica, sobre a guerra árabe-israelense.

Século XXI: fim da hegemonia dos EUA

Giovanni Arrighi e Beverly Silver (orgs.). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001. 336 p.

Um esforço coletivo de atualização das teses formuladas por Arrighi em *O longo século XX*. Nos marcos de uma introdução e uma conclusão dos organizadores, quatro capítulos analisam o que para eles é a dinâmica da transição da hegemonia norte-americana para um destino ainda não conhecido: "Geopolítica e altas finanças" (sobre a dinâmica econômica da transição); "A transformação da empresa capitalista" (sobre as relações entre empresas e governos); "As origens sociais das hegemonias mundiais" (sobre os conflitos sociais); e "As hegemonias ocidentais em perspectiva histórica mundial" (sobre a dinâmica intercivilizações).

Crítica ao liberalismo: outro mundo é possível

Immanuel Wallerstein. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

Coletânea de 14 artigos publicados entre 1991 e 1995, em que o autor examina o significado histórico dos acontecimentos decorrentes do colapso da União Soviética. Para Wallerstein, longe de representarem o triunfo do liberalismo, assinalaram mais a crise profunda da ideologia liberal e nosso ingresso definitivo no mundo de "após o liberalismo". Trata-se do fim do período de 1789-1989 no qual o liberalismo era a geocultura do sistema mundial moderno, em que se acreditava que os lemas da Revolução Francesa se concretizariam como verdade histórica em um futuro próximo. Em uma análise ampla, com observações penetrantes para os movimentos anti-sistêmicos, Wallerstein nos dá uma obra cuja leitura é indispensável.

Romance clássico: utopia socialista

William Morris. *Notícias de lugar nenhum. Ou uma época de tranqüilidade. Um romance utópico*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Finalmente saiu no Brasil o romance clássico de antecipação utópica de Morris. Originalmente publicado em capítulos, em 1890, no jornal da Liga Socialista inglesa, relata o que seria a sociedade socialista na Inglaterra de 2102. Trata-se da primeira obra que rompe com a idéia do socialismo como a culminância de uma civilização urbano-industrial. Morris, um refinado poeta, romancista, pintor, arquiteto e designer, integra na sua visão de futuro uma perspectiva romântica revolucionária e constrói uma sociedade em que a técnica está a serviço do apaziguamento das relações entre o ser humano e a natureza e da ampliação radical do tempo livre disponível para todos. A obra, editorialmente muito cuidada, contém uma valiosa introdução de Michael Löwy e Leandro Konder.

Leitura Marxista

Eduardo Mancuso. *Marxistas*. Porto Alegre: Renascença, 2001.

Uma didática narrativa da trajetória de Marx, Lênin, Rosa Luxemburg, Gramsci e Trotsky, tendo como fio condutor a idéia da revolução socialista como práxis autolibertadora. Tomando o conceito de hegemonia como exercício da liderança política do proletariado sob o conjunto do povo explorado e oprimido, Mancuso sustenta que, apesar dos reveses históricos, continuamos vivendo em um período de "atualidade da revolução".

Pós 11 de setembro: justiça global

Noam Chomsky. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Coletânea de entrevistas feitas com o ativista norte-americano dos movimentos pela paz e justiça global por diversos jornalistas no período de um mês que se seguiu aos atentados de 11 de setembro ao World Trade Center e ao Pentágono. Os textos foram reeditados, aumentados e revistos, sempre considerando informações que iam sendo divulgadas, até o livro ser liberado para impressão em 15 de outubro.

História da democracia desde os gregos

Pierre Vidal-Naquet. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Uma importante discussão sobre a recepção da idéia de democracia pelos modernos. Vidal-Naquet destaca como as instituições atenienses, em confronto com as espartanas, foram compreendidas no século XVII, no Iluminismo, na Revolução Francesa, no Romantismo e mesmo na França de Vichy. Nesta reflexão ganha um lugar privilegiado o debate sobre a historiografia e os historiadores, a começar pelos fundadores da disciplina, os gregos Heródoto, Tucídides e Diodoro.



SATÃ NAS TELAS

Rio de Janeiro, Lapa dos anos 20 e 30, os temas são por demais atuais: os preconceitos manifestados pelas próprias minorias, de classe, sexuais, raciais, étnicos, de gênero, os novos núcleos familiares se compondo, as drogas, a exploração.

Luciana Rodrigues

Madame Satã surge quando MADAME SATÃ termina...Embora título do filme em cartaz, de produção franco-brasileira, seja sobre um dos mais célebres e temidos malandros que reinou na Lapa carioca dos anos 30, Madame Satã (nome de guerra extraído de um filme de Cecil B. De Mille), trata mesmo da história de João Francisco dos Santos, o negro, homossexual, cafetão, com diversas passagens por presídios, ("Preto, pobre, pederasta, sujeito de pouca inteligência" como diz relato policial do início do filme), antes dele incorporar esta personagem que o tornou notório.

Falar sobre exclusão social não é exatamente uma novidade no cinema brasileiro, há décadas isto é feito, mas as abordagens raramente conseguem chegar às raízes dos problemas, limitando-se a constatar a existência deles. Não raras vezes o fascínio pelas consequências da exclusão, violência, crime organizado e outras, acabam por dar uma visão cinematográfica romantizada, fascinada melhor dizendo, e transforma a miséria em mais um espetáculo circense, onde os excluídos ("bichos exóticos") se exibem a um "respeitável público" que se mantém a uma distância segura e limpa. Felizmente este não é o caso de MADAME SATÃ.

Em todos aspectos é um filme corajoso e surpreendente, nadando contra a maré do cinema brasileiro comportado, quadradinho e asséptico que vem povoando as grandes telas brasileiras, e não me refiro particularmente as cenas homoeróticas masculinas, bonitas mas capazes de chocar uma plateia menos preparada para tal.

MADAME SATÃ, que vem ganhando notoriedade com premiações internacionais, foi escrito e dirigido pelo cearense Karin Aïnouz. É seu primeiro longa-metragem, até então só havia realizado curta-metragens experimentais e contribuído com Walter Salles em "Abril Despedaçado", no Brasil, e com Todd Haynes em "Poison", nos Estados Unidos. Apesar desta referência, de pouca experiência, não é um filme de amador, pois a direção firme, segura e a opção estética estão presentes em

DAVID PRICHARD



todos os momentos para harmonizar os aspectos filmicos: fotografia, montagem, direção de arte, direção de atores, roteiro, trilha sonora, todos trabalhando em compasso para transformar MADAME SATÃ em um belíssimo filme.

Apenas um ser humano

"Malandro machão carioca no cinema? Já vimos muitos! Anti-heróis transformados em deuses? Á exaustão! Prostitutas, travestis, cabarés? Que falta de assunto!..." Se você pensa desta forma prepare-se para uma ótima surpresa, aqui o malandro é um homossexual lotado de orgulho (em uma época em que o movimento gay nem sonhava em existir) e nada romantizado, apenas um ser humano, por vezes insuportável em sua intolerância, por vezes de uma gentileza e doçura extremamente tocantes.

A despeito da ambientação, Rio de Janeiro, Lapa dos anos 20 e 30, os temas são por demais atuais: os preconceitos manifestados pelas próprias minorias, de classe, sexuais, raciais, étni-

cos, de gênero, os novos núcleos familiares se compondo, as drogas, a exploração. Aqui a violência não é cosmética, nem é vista como algo de índole (o que sutilmente aponta o sucesso de bilheteria Cidade de Deus).

MADAME SATÃ tem uma beleza e uma feiura perturbadoras, contradições que não poderiam deixar de existir quando se fala na arte do palco e na cadeia, no amor paterno e na exploração, na submissão e na rebeldia, nas mil e uma noites nas florestas brasileiras. Contradição e sincretismo são os elementos maiores na espantosa fotografia noir de Walter Carvalho (Lavoura Arcaica, Central do Brasil, entre outros) que foca e desfoca, se detém e constrói, nos figurinos, nos cenários e objetos de cena (cortinas, adereços, brilhos) antigos e contemporâneos compostos pela direção de arte de Marcos Pedrosa (Bicho de Sete Cabeças) e nos atores que misturam gírias de época e atuais.

A direção de atores é um dos pontos altos do filme, Karin Aïnouz arranca interpretações ímpares nos veteranos Emiliano Queiroz, Ricardo Blat e Renata Sorrah. Marcélia Cartaxo, que

já havia mostrado todo o seu potencial em A Hora da Estrela é uma explosão de talento em todos os momentos, compondo uma personagem talhada para a dor e para o amor de sua família sui generis (foco para o momento em que mostra os seios e pergunta se ainda é bela). Os atores menos experientes, Flávio Bauraquim como a doce e travessa travesti Tabu, e Lázaro Ramos como João/Satã, sempre no limite, se ainda não têm o completo domínio de cena mostram que em breve, muito breve, chegam lá.

Um Rio sujo e cheiroso

Outro grande momento de Aïnouz foi pela escolha do recorte do roteiro: ao invés de mostrar Madame Satã, a personagem que incendiou os palcos, em todo o seu glamour e colorido, algo que "encheria os olhos" do público nos cinema, conta o pré-Satã, a trajetória de um discriminado artista, talvez o nosso Jean Genet (em menor grau de genialidade, claro) sem fazer disto um manifesto.

Não é um manifesto, saliento, mas é posicionado, tem uma opção clara e, apesar do seu grande apelo popular, não busca o subterfúgio das lágrimas ou dos risos fáceis. E se ao optar por mostrar o cotidiano de pessoas marginalizadas não as torna heroínas, por outro lado não as trata em nenhum momento com desrespeito.

O filme, todo, é sinérgico, tem cheiro de perfume barato, de ópio, de suor, de sexo, com uma textura e uma fúria arrebatadoras, mas se isto ainda não for o suficiente para fazer você ir ao cinema a trilha sonora certamente o fará: Noel Rosa, Sinhô, Mário Reis e Aracy de Almeida nos transportam de chofre a um Rio sujo e cheiroso, cheio de prazeres e pecados de mil e uma noites. Aviso: nem todos vão gostar desta aventura....

Enfim MADAME SATÃ não é só mais um filme nacional de qualidade mas mais do que isto: ele aponta para uma diversidade possível e bem vinda no cinema brasileiro.

Luciana Rodrigues é cineasta e professora de cinema.

DEZEMBRO
2002

PUBLICAÇÃO
DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA
SOCIALISTA
DO PT

EM TEMPO

DAVID PRICHARD

